

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE LETRAS**

**RAQUEL LEÃO LUZ**

**ENUNCIÇÃO E ENSINO DE LÍNGUA MATERNA: INTERSUBJETIVIDADE, REFERÊNCIA E  
SENTIDO NO PROCESSO DE ESCRITA NARRATIVA ESCOLAR**

**PORTO ALEGRE  
2009**

**RAQUEL LEÃO LUZ**

**ENUNCIÇÃO E ENSINO DE LÍNGUA MATERNA: INTERSUBJETIVIDADE, REFERÊNCIA E SENTIDO NO PROCESSO DE ESCRITA NARRATIVA ESCOLAR**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Letras/ Português e Literatura de Língua Portuguesa, pelo curso de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.**

**Orientador: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Carmem Luci da Costa Silva**

**PORTO ALEGRE  
2009**

**Ao Wagner, aos meus pais e aos meus amigos.**

## **AGRADECIMENTO**

À professora Carmem Luci da Costa Silva, que sem deixar de lado o papel de mestre, soube transcender a mera formalidade acadêmica e conferir uma dimensão humana tanto ao trabalho como à relação orientador-orientando.

À professora Luciene Simões, pela oportunidade de refletir acerca de questões do ensino no projeto PET Letras.

## RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo verificar como o processo de escrita na escola, concebido como ato de enunciação, instancia referência e sentidos a partir da intersubjetividade enunciativa. O estudo está embasado na teoria enunciativa de Émile Benveniste (1966-1974), que concebe a enunciação como ato único e irrepitível do locutor de se apropriar da língua, e na perspectiva de escrita enunciativa defendida por Endruweit (2006). Assim, o ato de escrita é tratado como uma estrutura que comporta *eu* e *tu*, referência e sentidos. O corpus de análise, coletado a partir do tema “Histórias Extraordinárias”, é uma narrativa escrita por uma aluna de escola fundamental. O processo enunciativo sob análise compõe-se de quatro atos enunciativos: 1) a proposta de escrita pelo locutor-professor; 2) a escrita pelo locutor-aluno; 3) as observações sobre a escrita do aluno pelo locutor-professor; 4) a reescrita pelo locutor-aluno. A partir da relação entre estes atos, são observados os deslocamentos dos sujeitos “eu” e “tu” na relação intersubjetiva, as referências produzidas a cada ato enunciativo e os novos sentidos agenciados por novas formas em cada enunciação escrita.

**Palavras-chave:** Enunciação. Intersubjetividade. Referência. Sentido. Escrita. Ensino.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	6
<b>2. OS ESTUDOS ENUNCIATIVOS NO QUADRO DA LINGUÍSTICA SAUSSURIANA</b> .....	8
<b>3. A TEORIA ENUNCIATIVA DE ÉMILE BENVENISTE</b> .....	16
3.1 Os aspectos da enunciação .....	16
3.2 Uma escrita enunciativa .....	23
3.3 Relações entre enunciação e ensino de escrita na escola .....	29
<b>4. METODOLOGIA</b> .....	35
4.1 Os participantes da pesquisa .....	35
4.2 O corpus: narrativas escolares .....	35
4.3 Procedimentos de coleta .....	36
4.4 Procedimentos de análise .....	36
<b>5. ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	40
<b>REFLEXÕES FINAIS</b> .....	52
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	54

## INTRODUÇÃO

A escrita na escola tem se constituído, historicamente, como uma prática vinculada a não reversibilidade entre os sujeitos implicados neste ato. Os escritos parecem ser esvaziados de sentido, já que, geralmente, não há leitores para os textos que na escola se produz. A escrita não é compreendida como um processo, mas como um produto feito na/para a escola. Em muitos casos, o aluno escreve sem saber o porquê e seu texto não é lido pelos outros alunos, tampouco o professor posiciona-se como leitor efetivo. Assim, entendemos que, de modo geral, a instituição escolar não considera a escrita como lugar de manifestação da singularidade dos sujeitos, bem como não concebe a reversibilidade intersubjetiva presente em qualquer ato enunciativo. Nesse sentido, o tratamento dado à escrita neste contexto específico parece relacionar-se a uma visão de língua como objeto, distanciando-se de uma perspectiva que concebe o texto como processo com interlocutores e sentidos envolvidos.

Contrariamente ao que se estabelece como visão de língua em contexto escolar, acreditamos que a escrita, como ato enunciativo, é um processo no qual o locutor instaura-se como sujeito “eu”, deixando marcas gráficas que retomam a enunciação que as gerou e apontam para uma enunciação seguinte. O ato enunciativo escrito ocorre na relação intersubjetiva entre “eu”-“tu” reversíveis, que constituem referência e co-referência. Na escrita, a reversibilidade constitui um jogo de figuras que se instauram nos atos de escrever e de ler.

A reflexão proposta nesta pesquisa inscreve-se na teoria da enunciação, embasada em Émile Benveniste (1966-2005/ 1974-1989). Portanto, consideramos a enunciação como ato único e irrepitível, que ocorre sempre numa relação entre “eu”-“tu”, instanciados no aqui e no agora.

Considerando essas reflexões, o objetivo de nossa pesquisa é investigar como se constituem a referência e o sentido no processo de escrita e reescrita de narrativa na escola, tomando a intersubjetividade enunciativa como fundamento mobilizador deste processo.

Temos como dado de investigação o processo de escrita e de reescrita de uma narrativa escolar, produzida por um aluno do ensino fundamental em uma escola Estadual de Porto Alegre, no período de maio/junho deste ano. Vale destacar que nossa pesquisa, por

estar ancorada em uma teoria enunciativa, baseia-se em princípios qualitativos de análise. Como nessa perspectiva a quantidade de dados e a generalização dos resultados não são relevantes, consideramos ser a análise do processo enunciativo de escrita de um aluno suficiente para mostrarmos os aspectos singulares envolvidos nos atos de escrita que compõe o processo investigado.

Assim, este processo é constituído por quatro atos enunciativos: 1) a proposta de escrita do locutor-professor; 2) a escrita do locutor-aluno; 3) as observações sobre a escrita feitas pelo locutor-professor; 4) a reescrita do texto pelo locutor-aluno. Em cada ato observamos a relação intersubjetiva e os deslocamentos de “eu” e de “tu”, a referência particular e os sentidos agenciados pelo sujeito “eu” na sintagmatização de palavras nos discursos escritos.

Nossa reflexão constitui-se em cinco capítulos: no primeiro capítulo intitulado “Os estudos enunciativos no quadro da linguística saussuriana”, apresentamos os princípios teóricos estabelecidos por Ferdinand de Saussure (1916-1977) e estabelecemos relações com a teoria enunciativa de Émile Benveniste (*op. cit*), principalmente no que concerne às diferenças e aproximações teóricas sobre o objeto de estudo da ciência linguística. No segundo capítulo, intitulado “A teoria enunciativa de Émile Benveniste”, trazemos os principais aspectos da enunciação, fundamentalmente os que se referem às noções de intersubjetividade, referência e sentido, essenciais para o desenvolvimento de nossa pesquisa. Além disso, desenvolvemos uma seção sobre a escrita na/da enunciação a partir da leitura de Endruweit (2006). Ainda neste capítulo, tratamos das relações entre enunciação e ensino de escrita na escola. A partir das reflexões teóricas, seguimos em direção ao estabelecimento de nossa metodologia, o que constitui o quarto capítulo, para então, analisarmos os quatro atos enunciativos no quinto capítulo.

Nesta pesquisa, a escrita do locutor-aluno é co-referida pelo alocutário-professor. Esta co-referência gera uma nova escrita do locutor-aluno. É neste movimento que procuraremos compreender as particularidades implicadas na relação intersubjetiva na/da escrita no contexto escolar.



## 2 OS ESTUDOS ENUNCIATIVOS NO QUADRO DA LINGUÍSTICA SAUSSURIANA

Neste capítulo, pretendemos evidenciar o estatuto do objeto da Linguística da Enunciação e seus aspectos delimitadores a partir da consideração da filiação dos estudos enunciativos ao quadro da Linguística Saussuriana. Como elegemos dentre as perspectivas enunciativas, a Teoria da Enunciação de Émile Benveniste para embasarmos nosso estudo, o principal objetivo do capítulo é verificar como esse teórico enunciativo redimensiona as principais noções saussurianas para constituir sua teoria enunciativa de linguagem. As perguntas que norteiam o capítulo são: 1) Qual o objeto de estudo eleito por Saussure no *Curso de Linguística Geral* (CLG)<sup>1</sup>? 2) O objeto da Linguística da Enunciação, mais especificamente da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, é o mesmo constituído por Saussure no CLG? Essa reflexão inicial, no nosso entender, configura o alicerce do estudo que desenvolveremos acerca do processo de escrita na escola.

A linguagem é o que medeia as relações entre o homem e a sociedade, entre o homem e a cultura e, principalmente, entre um homem e outro homem. É nela e por meio dela que o homem se constitui e constrói seus universos de referência. A necessidade de estudá-la, bem como de investigar suas manifestações, é antiga e sofreu inúmeras transformações no campo da Linguística. No centro das reflexões desta ciência, desde que se constituiu com Ferdinand de Saussure, estão os termos “língua”, “fala” e “linguagem”.

Língua, fala e linguagem são conceitos que Saussure (CLG, 1916/1977) procura delimitar de início ao definir o objeto da teoria linguística, sendo assim, estabelece como objeto de estudo único e possível a *língua*. Excluir a fala da investigação foi necessário para que Saussure constituísse a Linguística como ciência a partir do desenvolvimento de inúmeras noções, como a de sistema, a de relação e a de signo, como veremos mais adiante. Nesse sentido, é preciso refletir sobre o objeto da linguística saussuriana para que possamos compreender os redimensionamentos produzidos pelos estudos enunciativos anos mais tarde, bem como, para que possamos compreender a inserção dos estudos enunciativos no

---

<sup>1</sup> Vale lembrar que o CLG é uma obra póstuma. Assim, o que nele está escrito é de responsabilidade dos editores Charles Bally, Albert Sechehaye com a colaboração de A. Riedlinger, que o elaboraram a partir de anotações de alunos do curso de Ferdinand de Saussure. Convém ainda ressaltar que a pesquisa vale-se do *Cours*, porque essa obra é referência para Émile Benveniste sustentar suas reflexões sobre enunciação. Assim, não traremos outros trabalhos de Saussure nesta pesquisa.

quadro de uma linguística sistêmica, considerada *estrutural*.

De acordo com Saussure, a língua é o objeto de estudo da linguística porque é a parte social, sistema virtual abstrato armazenado em todos os indivíduos: “Trata-se de um tesouro depositado pela prática de fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade” (SAUSSURE, 1916/1977, p. 21). Língua e linguagem se diferenciam no quadro da teoria saussuriana, pois a primeira pode ser definida autonomamente, ela é apreendida pelo homem na relação que estabelece com os outros em sua comunidade de fala. A segunda, por sua vez, poderia ser compreendida como algo dado naturalmente, inerente ao homem. Na definição do próprio Saussure sobre língua e linguagem, podemos notar que a linguagem não poderia ser o objeto de estudo de sua teoria, já que não se conhece a unidade dela, além disso, ela parece estar vinculada a vários domínios:

Mas o que é a língua? Para nós ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; o cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso, ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade. (SAUSSURE, 1916/1977, p.17)

É importante ressaltar que, para Saussure, a noção de linguagem envolve língua e fala, sendo a língua a responsável por constituir a unidade da linguagem, por ser “um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro (...) dum conjunto de indivíduos” (SAUSSURE, *op. cit.* p. 21) e que proporciona a atividade de fala. O estudo da linguagem, para Saussure, envolve, então, duas etapas: a principal delas é a investigação da língua (que é social e independente do indivíduo); de modo secundário, cabe fazer a investigação da fala (que é a parte individual da linguagem e que não atinge o que é próprio da língua, sua essência).

A língua é um sistema na medida em que suas partes não significam por si mesmas, mas sim pela relação que estabelecem em conjunto. Esta talvez seja uma das noções mais importantes tratadas por Saussure: tudo na língua constitui-se pela relação e apresenta uma dualidade opositiva. Sendo a língua um sistema, todos os elementos que a compõe só têm valor nas relações que estabelecem uns com os outros. Isso aparece nos pares opositivos tratados por Saussure (sincronia/diacronia; sintagma/paradigma; significado/significante

etc.). Os elementos opositivos são solidários entre si (quando um é afetado, o outro também é). Desse modo, as relações opositivas só existem de fato porque o próprio signo linguístico carrega consigo a característica de ser arbitrário, de não estabelecer relação motivada entre a imagem acústica (significante) e o conceito (significado) a que está ligada.

Com os estudos saussurianos, a língua ganha autonomia em relação a tudo que lhe seja externo: “Nossa definição da língua supõe que eliminemos dela tudo o que lhe seja estranho ao organismo, ao seu sistema, numa palavra: tudo quanto se designa pelo termo ‘Linguística externa’”. (SAUSSURE, CLG, 1916/1977, p. 29) A teoria de Saussure deixa de lado o fato linguístico, analisado isoladamente do conjunto e estabelece a noção de relação, em que cada unidade que compõe o sistema só adquire valor pela relação que estabelece com as outras unidades seja em ausência (relações associativas ou paradigmáticas) seja em presença (relações sintagmáticas).

A reflexão feita até aqui sobre o objeto da Linguística e sobre a constituição desta ciência por Saussure aponta para questões-chaves deste quadro teórico: a dualidade entre *língua e fala* e a noção de *sistema*, concebido como uma rede de relações internas à ordem da língua. Os desdobramentos das noções saussurianas encaminharam a constituição de diferentes campos no interior da Ciência Linguística e um desses campos tem sido rotulado *Linguística da Enunciação*. Com relação a esse rótulo cabe-nos perguntar: 1) O que faz a Linguística da Enunciação constituir-se como campo? 2) Se a Linguística da Enunciação é um campo, o que a diferencia da Linguística que a gerou? 3) O que é redimensionado ou incluído pelo campo da Enunciação nos estudos da linguagem?

Para responder à primeira questão, recorremos aos argumentos utilizados por Flores (2001) para defender a existência de uma *Linguística da Enunciação*, quais sejam: a) a problematização da dicotomia *língua/fala*; b) a preocupação em formular um domínio conceitual que inclua a enunciação; c) a discussão em torno da subjetividade da linguagem.

A verificação desses pontos elencados por Flores (*op. cit.*) parece circunscrever as segunda e terceira questões que formulamos. Por isso, passaremos agora a discutir cada elemento caracterizador do campo enunciativo.

Trataremos num primeiro momento do primeiro aspecto, já que um dos grandes debates do campo diz respeito à retomada dos estudos enunciativos da relação *língua e fala*. Na verdade, os estudos enunciativos, ao tomarem como objeto todo e qualquer fenômeno a partir do ponto de vista daquele que se enuncia (FLORES e TEIXEIRA, 2005), dissolvem essa

dicotomia, já que enunciar é converter a língua, enquanto sistema virtual, em discurso.

Quem está no centro dessa conversão? O locutor. E aqui entram o segundo e o terceiro aspectos apontados por Flores (2001): as noções de enunciação e de subjetividade. Quanto ao segundo aspecto vale ressaltar que cada teórico define enunciação de modo particular, como podemos ilustrar com duas definições de enunciação de dois teóricos desse campo bastante referidos na atualidade, que são Émile Benveniste e Oswald Ducrot. Em Benveniste (1974/1989, p.82), a enunciação é o “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização da língua” e em Ducrot (1984/1987, p.168), a enunciação é “o acontecimento constituído pelo aparecimento do enunciado”. Dessas duas definições, já podemos elencar um aspecto unificador contido nos termos *ato individual* e *acontecimento*: as noções de *particularidade*, *singularidade* e *irrepetibilidade*. E aqui vemos um elemento distintivo da linguística saussuriana e da Linguística Enunciativa: a *repetibilidade* presente na primeira, já que o foco é a língua enquanto sistema, e a *irrepetibilidade* que caracteriza a segunda, que tem como foco o ato ou acontecimento sempre único, jamais repetível. Se no primeiro e no segundo aspectos apontados por Flores (2001) vemos um redimensionamento das questões saussurianas pelo campo da enunciação, o terceiro aspecto parece apontar uma inclusão. A escolha da língua como objeto de estudo pela teoria saussuriana acaba instituindo a idéia de que é um *sistema* e de que toda ela é composta por elementos que se combinam e se organizam em uma ordem que lhe é interna.

Essa concepção exclui a possibilidade de se pensar no responsável pela atualização da língua em discurso. E aqui está a inclusão proposta pelos estudos enunciativos: tratar das representações do sujeito no discurso. A partir disso, a noção de relação modifica-se, pois não se trata mais das relações entre os elementos do sistema como defende Saussure, mas das relações constituídas no interior de cada discurso enunciado por cada locutor. São relações que estão na dependência daquele que se enuncia. Retomando o segundo aspecto, vemos que há um redimensionamento da noção de relação que, em Saussure, está ligada à própria língua e, em Benveniste, à noção de enunciação.

No entanto, vale ressaltar que considerar aquele que se enuncia não significa levar em conta a exterioridade, pois o campo da enunciação é filiado à perspectiva saussuriana e, sendo assim, não busca explicar qualquer fenômeno linguístico a partir do mundo. Como já explicitado, a teoria saussuriana mostra que o sistema é dominante em relação aos elementos que comporta. Adotar essa posição é buscar compreender, analisar e descrever

as relações entre as partes de um sistema, afastando seu objeto (a língua) de qualquer apriorismo filosófico ou subjetivista. Esse princípio é um legado fundamental deixado por Saussure, seguido pela Linguística da Enunciação: o sujeito do campo enunciativo não é nem cognitivo nem do mundo, mas representado linguisticamente no discurso. Se para Saussure o limite são as relações internas à língua, para a enunciação, o limite são as relações internas a cada discurso, produto da enunciação de um locutor.

Para fins deste estudo, elegemos, das teorias enunciativas, a de Émile Benveniste, por esse teórico precisar duas noções que interessam para esta pesquisa: a de intersubjetividade e a de referência. Tais noções serão discutidas no capítulo seguinte, por ora trataremos da relação entre Saussure e Benveniste.

A teoria enunciativa de Émile Benveniste, conforme os livros *Problemas de Linguística Geral I e II*, retoma noções saussurianas no que toca à língua. Assim como em Saussure, para Benveniste, a língua também pode ser entendida como um sistema de signos, um arranjo de partes, que estabelecem relações entre si. Mas além de a língua ser parte importante do estudo linguístico é, principalmente, a noção de linguagem, que é central na teoria benvenistiana. No artigo “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística”, Benveniste mostra que o homem só se constitui na linguagem e pela linguagem. Nesse sentido, podemos entender que ela também é preocupação de seu estudo:

De fato, é dentro da e pela língua que indivíduo e sociedade se determinam mutuamente. O homem sentiu sempre – e os poetas freqüentemente cantaram – o poder fundador da linguagem, que instaura uma realidade imaginária, anima as coisas inertes, faz ver o que ainda não existe, traz de volta o que desapareceu. É por isso que tantas mitologias, tendo de explicar que no início dos tempos alguma coisa pôde nascer do nada, propuseram como princípio criador do mundo essa essência imaterial e soberana, a Palavra. Não existe realmente poder mais alto, e todos os poderes do homem, sem exceção, pensemos bem nisso, decorrem desse. A sociedade não é possível a não ser pela língua; e, pela língua, também o indivíduo. (BENVENISTE, 1966/2005, p. 27)

O homem e a sociedade se constituem na linguagem e pela linguagem, pois, conforme Benveniste (*op.cit.*), a linguagem é a representação de algo inerente ao ser humano - sua necessidade de simbolizar. A linguagem conjuga então homem e sociedade, locutores e comunicação. Posicioná-la como centro da linguística significa assumir que essa ciência não se faz somente da investigação das relações entre os elementos internos da língua, mas que se constitui, também, pelo estudo da relação do homem com sua cultura e,

principalmente, do dizer do homem nessa cultura. Conforme Silva (2007/2009), ao adquirir linguagem, a criança adquire também tudo o que a constitui e não apenas o sistema de signos que compõe a língua. Trata-se de se instaurar na linguagem, lugar da língua e das relações intersubjetivas.

A questão da dualidade língua/fala, discutida no escopo das teorias enunciativas como mencionado anteriormente, também é tema na Teoria Enunciativa de Émile Benveniste. Conforme exposto, a língua é o objeto de estudo da teoria saussuriana na medida em que somente ela é capaz de ser estudada internamente, já que compreende um conjunto de elementos que se relacionam, que se combinam se opondo ou se solidarizando. A fala é posta em segundo plano no estudo da Ciência Linguística, já que ela estaria relacionada a outros campos de estudo. Nesse sentido, Saussure compreende a língua e a fala como sistemas diferenciados que pertencem à linguagem, sendo apenas a primeira eleita como objeto da linguística.

Sem dúvida, esses dois objetos estão estreitamente ligados e se implicam mutuamente; a língua é necessária para que a fala seja inteligível e produza todos os seus efeitos; mas esta é necessária para que a língua se estabeleça; historicamente, o fato da fala vem sempre antes. Como se imaginaria associar uma idéia a uma imagem verbal se não se surpreendesse de início essa afirmação num ato de fala? Por outro lado, é ouvindo os outros que aprendemos a língua materna; ela se deposita em nosso cérebro somente após inúmeras experiências. Enfim, é a fala que faz evoluir a língua: são as impressões recebidas ao ouvir os outros que modificam nossos hábitos lingüísticos. Existe, pois, interdependência da língua e da fala; aquela é ao mesmo tempo o instrumento e o produto desta. Tudo isso, porém, não impede que sejam duas coisas absolutamente distintas. (SAUSSURE, 1916/1977, p. 27)

Na teoria enunciativa de Émile Benveniste, este binarismo é redimensionado: língua e fala continuam sendo entendidas como interdependentes, porém, a linguagem agora é que passa a ser considerada como elemento de reflexão essencial da linguística, uma vez que ela contém as questões que envolvem o homem na língua. Isso está diretamente ligado às representações do sujeito no seu discurso, já que é pela linguagem que a sociedade e o indivíduo se constituem. Assim, língua e fala fazem parte do estudo linguístico na medida em que são compreendidas como constitutivas da linguagem, que é, antes de tudo, fato humano.

Para Benveniste, então, é pela linguagem que o locutor se torna sujeito, se diz “eu”, se materializa na existência, se diferencia dos demais. Mas, o que seria do homem (que

necessita simbolizar e utilizar-se da linguagem na comunicação intersubjetiva) se não houvesse linguagem? Haveria homem? Haveria cultura?

Para responder essas indagações só nos resta tomar como princípio que o homem e a linguagem são constitutivos. Um e outro não existem isoladamente e estabelecem entre si uma relação interdependente. Sobre a noção de “sujeito”, aspecto já tratado neste capítulo, podemos dizer que Saussure não trata das representações do sujeito no discurso, ou seja, de sua enunciação. O que vale, em Saussure, é o estudo intralinguístico, as análises internas do sistema da língua. Se até mesmo a fala foi deixada de lado em detrimento da língua, como considerar desse ponto de vista, nomeado após Saussure de estrutural, a enunciação do sujeito?

Assim, a teoria enunciativa de Benveniste modifica e acrescenta algumas noções na/da teoria saussuriana, na medida em que trata a enunciação do locutor numa instância discursiva. Como já abordamos anteriormente, nenhuma teoria enunciativa é uma teoria do sujeito. Tampouco a Teoria da Enunciação de Benveniste trata do sujeito, mas sim do ato de um locutor apropriar-se da língua, subjetivando-se nela. Enunciar significa colocar em funcionamento a língua e atualizá-la a cada ato enunciativo. A enunciação benvenistiana busca observar as representações ou as marcas do sujeito no enunciado que produz. Nesse sentido, como já apontado, a representação<sup>2</sup> do sujeito em seu discurso não é redimensionada a partir da teoria saussuriana, mas é incluída pelos estudos enunciativos, principalmente por Benveniste. A partir dessa mudança na ciência Linguística, Benveniste funda conceitos essenciais de sua teoria, como (inter) subjetividade e referência, como veremos no próximo capítulo.

Do exposto, percebemos que a língua, tal como concebida por Saussure, é para Benveniste a possibilidade de enunciação: cada vez que um locutor a põe em funcionamento ela torna-se única e irrepetível e esse locutor subjetiva-se na linguagem, ou seja, torna-se sujeito. De acordo com Flores e Teixeira (2005), o conceito de enunciação transforma a noção que se tinha de língua. Ela passa a ser vista não apenas como um sistema de relações combinatórias, mas como “linguagem assumida por um sujeito”: “As marcas de enunciação no enunciado têm a especificidade de remeter à instância em que tais enunciados são

---

<sup>2</sup> Neste estudo, a noção de representação do sujeito no discurso está ligada ao fato de que aquele que se enuncia deixa marcas no seu discurso. Nesse sentido, sujeito representado equivale a dizer sujeito marcado no discurso.

produzidos, fazendo irromper o sujeito da enunciação”. (FLORES e TEIXEIRA, 2005, p. 12) A língua produz uma nova realidade ao ser posta em funcionamento: o locutor, ao se enunciar, faz surgir no discurso sua experiência do acontecimento, bem como recria o acontecimento. É no enunciado produzido que encontramos as marcas de sua enunciação.

Assim, a teoria enunciativa de Benveniste conjuga sujeito e estrutura, de modo que não é mais possível realizar análises internas da língua, mas sim análises que contemplem o dizer, o fato de o locutor apropriar-se da língua e, também, torná-la própria.

No capítulo seguinte, discutiremos aspectos fundamentais da teoria enunciativa em questão, a fim de que possamos tomar como nossos alguns pressupostos de Benveniste para o estudo da narrativa escolar enquanto produção intersubjetiva constituidora de referência.



### 3 A TEORIA ENUNCIATIVA DE ÉMILE BENVENISTE

#### 3.1 Os aspectos da enunciação

Nossa escolha pelo estudo da teoria enunciativa de Benveniste tem relação direta com a pergunta que norteia esta pesquisa: afinal, como se constituem a referência e o(s) sentido(s) no processo de escrita e reescrita na escola, considerando a intersubjetividade enunciativa? Em sua obra, Émile Benveniste legou à linguística o estudo sobre a constituição da (inter) subjetividade no discurso, tratando da relação entre os interlocutores<sup>3</sup> envolvidos na instância discursiva.

No capítulo anterior vimos que a teoria enunciativa de Émile Benveniste traçou outros rumos para a linguística saussuriana: sem deixá-la de lado, incorporou em suas bases o estudo da subjetividade na linguagem. Essa subjetividade de que trata Benveniste está centrada no estudo das representações do sujeito no discurso, em que o termo “discurso<sup>4</sup>” é concebido como a manifestação da enunciação.

Ao eleger como objeto de estudo a enunciação, o autor destaca os aspectos que lhe são constitutivos, questões que passaremos a tratar a partir da definição de enunciação deste teórico.

Concebendo a enunciação como o “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”, Benveniste (1974/1989, p. 82), no texto *Aparelho formal da enunciação*, destaca a necessidade de se considerar o próprio ato, as situações em que ele se realiza e os instrumentos de sua realização. Passaremos a delinear a seguir cada um desses elementos que constituem a enunciação, destacando, no ato, a intersubjetividade enunciativa; na situação, a referência e, nos instrumentos, trataremos das formas cuja função é a de colocar o locutor em relação constante e necessária com a sua enunciação.

Com relação ao *ato*, a enunciação é concebida como um processo de apropriação. Essa apropriação tem como responsável um locutor, que ao converter a língua em discurso,

---

<sup>3</sup> No decorrer do capítulo, mostraremos como a Teoria Enunciativa de Émile Benveniste concebe os interlocutores inscritos na enunciação.

<sup>4</sup> Convém destacar que, na obra de Benveniste, os termos *discurso* e *frase* equivalem-se, porque são manifestações da enunciação.

declara-se como sujeito e constitui seu alocutário, explícito ou implícito. Aqui está a questão da intersubjetividade tão enfatizada no texto *Da subjetividade da linguagem*.

De fato, ao discutir as figuras inscritas no ato de enunciação, o autor volta a tocar na (inter) subjetividade da linguagem bastante discutida anteriormente (BENVENISTE 1966/2005). É na/pela linguagem que o homem se torna sujeito, já que necessita simbolizar e posicionar-se numa instância de discurso como “eu”, diferenciando-se do seu alocutário, constituído no discurso como “tu”. Nessa polaridade *eu-tu*, constitui-se a intersubjetividade enunciativa, já que *eu* e *tu*, cada vez únicos, podem inverter-se no discurso.

Por isso, defende que a linguagem transcende e parece não se aproximar em nada com a noção de instrumento, ou simplesmente com a idéia de comunicação, pois é da natureza humana: não haveria sujeito sem linguagem. Num dos trechos do capítulo “Da subjetividade na linguagem”, Benveniste toca no ponto nodal que liga a noção de linguagem à de subjetividade:

A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou. Inclino-nos sempre para a imaginação ingênua de um período original, em que um homem completo descobriria um semelhante igualmente completo e, entre eles, pouco a pouco, se elaboraria a linguagem. Isso é pura ficção. Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca a inventando. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem. (BENVENISTE, 1966/2005, p.285)

A linguagem é o que institui aquele que fala em sua fala; é por meio do exercício da língua que este passa a subjetivar-se. O homem tem a necessidade de se dizer “eu” e é apenas na/pela linguagem, que é imaterial, simbólica, articulada, dotada de conteúdo, que essa emergência do sujeito se realiza. A subjetividade consiste na “capacidade do locutor de propor-se como sujeito” (BENVENISTE, 1966/2005, p. 286) do discurso. Por ser integrante da natureza humana e por manifestar-se na interlocução, podemos concluir com Flores e Teixeira (2005) que a intersubjetividade precede a subjetividade. Se não fosse dessa forma, como um homem poderia dizer “eu” se não houvesse um “tu” de quem ele pudesse se diferenciar?

*Relação* é a palavra-chave nos estudos enunciativos. Também em sua teoria sistêmica, Saussure já comportava o termo em seus estudos, entendendo o signo como uma unidade relacional; compreendendo a língua como uma combinação de elementos que se

opõem e se solidarizam. Na teoria enunciativa de Benveniste a subjetividade também é construída a partir de relações, que se dão internamente no discurso. *Ego* só diz *ego* porque existe um outro, um “tu” implicado na alocação.

A consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um *tu*. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da *pessoa*, pois implica em reciprocidade – que eu me torne *tu* na alocação daquele que por sua vez se designa por *eu*. (BENVENISTE, 1966/2005, p. 286)

Benveniste mostra que a linguagem só existe porque cada locutor se propõe como “eu” no discurso, constituindo-se, desse modo, como sujeito; “eu” propõe um outro – um “tu” – que, por sua vez, será “eu” na medida em que o primeiro se tornar “tu”. Os interlocutores se constituem como *ecos* entre si, refletem os discursos que recebem: dirijo-me ao outro dizendo “tu” e o outro se dirige a mim dizendo “tu”. “Eu” é transcendente a “tu”, embora dependam um do outro numa relação de complementaridade. Assim, não há mais dualidade entre indivíduo e sociedade, pois são complementares, um não existe senão no outro e pelo outro. “É numa realidade dialética que englobe os dois termos e os defina pela relação mútua que se descobre o fundamento linguístico da subjetividade”. (BENVENISTE, 1966/2005, p. 287). As ‘formas linguísticas’ pronominais (eu – tu) possibilitam a categoria de *pessoa*, que se consolida pela própria necessidade do sujeito subjetivar-se no discurso.

Na relação de pessoalidade, os pronomes pessoais são termos ‘vazios’, não significam objetos ou seres, só tem sentido quando pronunciados por um sujeito. Não fazem parte de nenhuma realidade material, são signos diferenciados, pois não referem aos seres, mas a qualquer um que diga “eu” ou “tu”. A subjetividade é manifestada na linguagem devido aos pronomes pessoais e a outras formas que destes derivam ou dependem. Além dos pronomes, os adjetivos, os advérbios, os pronomes demonstrativos também têm papel importante na constituição da subjetividade, já que todos existem apenas em uma instância de discurso e que, conforme Benveniste, “organizam as relações espaciais e temporais em torno do ‘sujeito’ tomado como ponto de referência: “isto, aqui, agora” e as suas numerosas correlações “isso, no ano passado, amanhã” etc.

A subjetividade manifesta-se, também, pela temporalidade. A noção de tempo, sendo marcada por formas verbais ou por outras palavras que a representem, é dada dentro

de uma instância discursiva; é na instância atual de discurso que haverá o tempo presente, que coincide a descrição de um acontecimento com a instância discursiva em que ele está sendo narrado. De acordo com Benveniste, o tempo em que se está é o tempo em que se diz algo, em que se instaura uma enunciação. Dessa maneira, o presente passa a ser um tempo “eterno”, pois cada vez que um sujeito se propõe no discurso, coloca-se no tempo presente, que não é repetível, mas sempre determinado pelo locutor.

A subjetividade existe porque a linguagem permite esse exercício: ela apresenta as possibilidades linguísticas, as formas vazias (pronominais), que fazem dela uma emergência no discurso. Essas formas vazias são utilizadas pelo locutor a cada vez que se enuncia, propondo-se como “eu” e designando outro como o “tu” da alocação, tendo sempre um “ele” implicado na relação (que é a não-pessoa). O mais interessante é que essas formas são reversíveis e podem ser apropriadas por todos os falantes da língua que, ao se subjetivarem usando “eu”, tomam para si a língua inteira, todo o sistema. “Ele” não se refere a ninguém que faça parte da alocação, é externo à relação de “eu” e “tu”. A pessoa “eu” está no nível pragmático, pois carrega consigo todo o sujeito que a emprega. Diferentemente de todos os signos da língua, os pronomes pessoais não apresentam uma referência objetiva, não se referem identicamente aos mesmos objetos - a cada emprego de “eu” tem-se uma referência própria, que corresponde a um sujeito único. Nesse sentido, “eu” e “tu” pertencem apenas à realidade discursiva, não à realidade material. A primeira pessoa só se define no discurso e pelo discurso, não é um signo que se refira a algum objeto de uma realidade concreta. Benveniste trata desta questão nos seguintes termos:

*eu* só pode ser identificado pela instância de discurso que o contém e somente por aí. Não tem valor a não ser na instância na qual é produzido. Paralelamente, porém, é também enquanto instância de forma *eu* que deve ser tomado; a forma *eu* só tem existência linguística no ato de palavras que a profere. (BENVENISTE, 1966/2005, p.278)

Sabemos, então, que “eu” e “tu” possuem a categoria de pessoa e que só existem como realidade de discurso na medida em que um sujeito se propõe na língua, se instancia nesse discurso. Os pronomes pessoais transformam a linguagem em discurso e refletem, nesse discurso, a própria enunciação, sempre única e irrepetível. Essas formas vazias escapam a qualquer condição de verdade e caracterizam o próprio discurso individual, porque cada locutor apropria-se delas e pratica um exercício de subjetivação. Sobre a

terceira pessoa, pode-se dizer que ela representa o elemento não marcado das relações de pessoalidade de “eu” e de “tu”. “Ele” remete a uma instância discursiva externa, não faz referência a si mesmo, mas a algo objetivo. Benveniste aponta quatro propriedades fundamentais acerca da terceira pessoa:

O que é preciso considerar como distintiva da “terceira pessoa” é a propriedade 1.º de se combinar com qualquer referência de objeto; 2.º de não ser jamais reflexiva da instância de discurso; 3.º de comportar um número às vezes bastante grande de variantes pronominais ou demonstrativas; 4.º de não ser compatível com o paradigma dos termos referenciais como *aqui*, *agora*, etc.(BENVENISTE, 1966/2005, p.283)

Conforme nos ensina Benveniste, para que haja enunciação é necessário que sejam preenchidas algumas condições, das quais já tratamos de modo geral. Em primeiro lugar, deve haver então um locutor que se proponha como sujeito de seu discurso e instaure um “tu” na instância discursiva. Esse locutor vai se utilizar da língua, transformando-a em discurso, sempre numa temporalidade presente, o “eterno presente”. Enquanto não é posta em funcionamento, a língua é apenas possibilidade discursiva, pois detém todas as formas e caracteres que possibilitam a enunciação. Em segundo lugar, temos a condição da “instância discursiva”. Para que o locutor estabeleça uma relação com o outro, precisa fazê-la em relação à determinada situação. É disso que nos ocuparemos a seguir.

Com relação à situação, Benveniste concebe, em *O aparelho formal da enunciação*, que a enunciação expressa certa relação com o mundo. É, a partir dessa relação, que o locutor constitui a referência no discurso para possibilitar ao outro da alocação encadear a co-referência. Com isso, instaura-se a intersubjetividade enunciativa, já que cada locutor se constitui um co-locutor. Assim, a condição dessa relação do locutor com o mundo e com o outro se manifesta pela apropriação da língua, uma vez que essa apropriação é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir. A referência é outro elemento importante da teoria benvenistiana que merece ser pensada neste estudo à luz do aporte enunciativo, pois, como ressaltam Flores e Teixeira (2005, p. 36), “não se pode levar a pensar que é uma referência ao mundo ou a algum tipo de ontologia”. Como defendem os autores, não há possibilidade de se pensar uma referência objetiva em um quadro teórico oriundo de Ferdinand de Saussure. A questão enfatizada pelos autores diz respeito ao fato de que a referência em enunciação precisa ser pensada a

partir daquele que se enuncia. Por isso, passaremos a aprofundar tal questão, trazendo para nosso estudo a reflexão sobre referência proposta por Benveniste no célebre texto *A forma e o sentido na linguagem*. Ao distinguir dois domínios, o do signo e o da frase, o autor traz neste texto discussões cruciais acerca da língua em emprego como resultado da atividade do locutor. E aqui precisamente salienta o fato de que “o sentido da frase implica referência à situação de discurso e à atitude do locutor” (BENVENISTE, 1974/1989, p. 230). E mais adiante delimita: “o sentido da frase é de fato a *idéia* que ela exprime; este sentido se realiza formalmente pela escolha, pelo agenciamento de palavras, por sua organização sintática, pela ação que umas exercem sobre as outras (...) Que a *idéia* só encontre forma num agenciamento sintagmático, esta é a condição primeira” (BENVENISTE, *op. cit.*, p. 230).

E o sentido da palavra? E a referência da frase? Deixemos o mestre da enunciação nos responder:

Coloquemos como princípio que o sentido de uma frase é outra coisa bem diferente do sentido das palavras que a compõem. O sentido de uma frase é a sua *idéia*, o sentido de uma palavra é o seu emprego (sempre na acepção semântica). A partir da *idéia*, a cada vez particular, o locutor agencia palavras que neste emprego tem um “sentido” particular.

(...)

Se o “sentido” da frase é a *idéia* que ela exprime, a “referência” da frase é o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso ou do fato a que ela se reporta e que nós não podemos jamais prever ou fixar (...) A frase é então cada vez um acontecimento diferente; ela não existe senão no instante em que é proferida e se apaga neste instante; é um acontecimento que desaparece. (BENVENISTE, *op. cit.*, p. 231)

Essa reflexão sobre o sentido da palavra e da frase é complementada quando o autor enfatiza que as condições de emprego produzem o sentido mesmo das palavras agenciadas pela sintagmatização. Assim, reitera que o “sentido” da frase está na totalidade da *idéia* percebida por uma compreensão global. Eis aqui questões-chaves para nosso estudo: a constituição da referência e dos sentidos no processo de escrita na escola. Para isso, alguns termos são fundamentais: o de *agenciamento de palavras* e o de *sintagmatização*. Isso porque em enunciação sentido e referência participam do *aqui* e *agora* do locutor, que, ao converter a língua em discurso, constitui o outro da sua alocução. Nesse sentido, entendemos que estudar o discurso, manifestação da enunciação, é vincular sentido e referência à noção de intersubjetividade, tomada não como reversibilidade de papéis de

seres do mundo no diálogo, mas como instâncias de funcionamento lingüístico-discursivo. De fato, é pela apropriação da língua que o locutor constitui, na frase/discurso, sentidos e referências particulares, no presente da enunciação, instaurando neste ato seu alocutário.

Tratemos do terceiro aspecto da enunciação: os instrumentos. Com relação a esse aspecto, Benveniste ressalta o fato de haver caracteres formais da língua que situam aquele que fala em sua própria fala (marcas temporais, espaciais e pessoais). No entanto, acreditamos, conforme enfatiza o autor, que o “aspecto maior deste problema é o mecanismo de produção” (BENVENISTE, 1974/1989, p. 83), que está na conversão da língua em discurso. Essa conversão tem como questão central a verificação de como o “sentido” se forma em “palavras”. E complementa: “É a semantização da língua que está no centro deste aspecto da enunciação” com os “procedimentos pelos quais as formas linguísticas se diversificam e se engendram” (BENVENISTE, *op. cit.* p. 83). Aqui vemos que, para o autor, não são apenas os índices temporais, espaciais e pessoais que situam aquele que fala em sua fala, mas todas as formas que produzem sentidos sempre novos no discurso. Isso porque toda escolha de forma está na dependência daquele que se enuncia, ou seja, está sempre em relação ao sujeito representado no discurso. Assim, ao fazer escolhas linguísticas para referir no discurso, o locutor converte as formas de uso geral da língua em formas que têm sentido na particularidade de seu discurso.

Nesta pesquisa, colocamos em relação às noções de intersubjetividade, referência e sentido. Essa relação foi proposta a partir da noção de enunciação trazida por Benveniste no texto *O aparelho formal da Enunciação* e os aspectos que nela estão implicados: intersubjetividade, referência e sentido. Tais noções foram complementadas com as reflexões trazidas pelo autor em mais dois textos, quais sejam: *Da subjetividade na linguagem* e *A forma e o sentido*.

Essa revisão feita servirá de fundamento para as questões metodológicas e analíticas dos próximos capítulos. O olhar enunciativo que lançaremos sobre nossos dados está vinculado à leitura que realizamos dos três textos de Émile Benveniste referidos neste item.

No caso desta pesquisa, as enunciações entre locutor e alocutário ocorrem pela escrita, por referências e co-referências numa instância discursiva gráfica e não sonora. Ao se enunciar, o locutor se apropria do aparelho formal da língua e propõe-se como locutor por meio de elementos e procedimentos específicos. O processo de constituição da subjetividade pela escrita ocorre numa relação entre locutores, que estabelecem centros de

referência internos, propondo-se no/pelo discurso gráfico. Os procedimentos e recursos utilizados por esses locutores serão diferenciados daqueles que poderiam aparecer numa relação de locutores pela oralidade: todas as escolhas linguísticas ligam-se aos “instrumentos” usados pelo locutor para referir pelo discurso escrito.

O processo de escrita, objeto de nosso trabalho, será verificado partindo da premissa de que a (inter) subjetividade na narrativa escolar escrita constitui-se pelo agenciamento de palavras por parte do locutor, pois é da ordem da conexão ou da sintagmatização. Ao receber o texto escrito co-referido pelo alocutário, o locutor rearranja e agencia de outros modos ou não as palavras e as frases, constituindo novos centros de referência e/ou de sentido.

É na/pela escrita que propomos uma investigação sobre a constituição do dizer do locutor/aluno, que traz das séries iniciais do ensino fundamental uma interpretação acerca da *prática da escrita*. É pela análise da escrita do aluno, enquanto locutor, que buscaremos nos enunciar no sentido de pensar a constituição da referência e dos sentidos a partir da relação de intersubjetividade instanciada na produção de textos da escola (um lugar enunciativo específico). Com a citação de Benveniste, sinalizamos o tema do próximo capítulo: a escrita como prática enunciativa.

Muitos outros desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação. Ter-se-ia que considerar as alterações lexicais que a enunciação determina, a fraseologia, que é a marca freqüente, talvez necessária, da “oralidade”. Seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita. Esta se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem. Amplas perspectivas se abrem para a análise das formas complexas do discurso, a partir do quadro formal enunciado aqui. (BENVENISTE, 1974/1989, p. 90)

A reflexão sobre a escrita numa perspectiva enunciativa será objeto do próximo item.

### **3.2 Uma escrita enunciativa**

Enunciar significa atualizar a língua em discurso, significa apropriar-se dela, instaurando-se como “eu” e propondo um “tu”, onde o “ele”, sendo a marca da não-pessoa, estará sempre implicado. Conforme vimos ainda neste capítulo, a enunciação manifesta-se



em inúmeros discursos, todos tendo como pressuposto o aparelho de formas e de funções que a língua dispõe. Locutor e alocutário, referência e sentido são condições necessárias para que haja enunciação. A partir desta reflexão, três perguntas tornam-se fundamentais para a constituição de nossa pesquisa, que se preocupa em analisar o processo pelo qual, na relação intersubjetiva entre “eu” e “tu”, instaurada por locutor e alocutário, singularizam-se referência e co-referência próprias de cada ato enunciativo escrito: 1º - É possível conceber uma enunciação escrita ou ainda, uma escrita enunciativa? 2º - Quais são as relações estabelecidas entre “eu”, “tu” e “ele” na escrita enunciativa? 3º - Quais são as marcas do locutor presentes no discurso escrito? Com o objetivo de responder essas questões, faremos uma breve retomada do que Endruweit (2006) apresenta em sua tese acerca de uma enunciação na/da escrita.

Podemos afirmar que uma enunciação na/da escrita é aquela que se caracteriza pelo *processo*, pelo próprio *ato enunciativo de escrever*, objeto essencial de nossa pesquisa. Esta escrita da enunciação pressupõe a subjetividade da qual trata Benveniste: é “eu” se dizendo “eu”, propondo-se na língua e postulando um alocutário, um “tu” que co-refere pelo discurso.

Endruweit (*op.cit.*) define a enunciação na/da escrita como a que transcende o nível gráfico, a materialidade linguística. Esta escrita enunciativa releva do próprio sujeito e não da lógica ou do sentido, pois contém os rastros da enunciação do sujeito. Assim, falar de uma enunciação escrita ou de uma escrita enunciativa é tratar de subjetividade. Podemos entender esta questão nos termos da própria autora: “... é inegável o caráter representacional da escrita. Ela representa, sim. Mas não só. Há um mais além na escrita. Além da representação, além da tinta, além da forma. Lugar de onde escreve o sujeito, para além do discernível.” (ENDRUWEIT, *op. cit.*, p. 102)

A escrita da enunciação é constituída pelos movimentos do sujeito na língua e pelas marcas enunciativas que ficam registradas, graficamente, em seu discurso. Ao se apropriar da língua, o locutor torna-se sujeito representado no discurso. Sendo assim, para que se possa conceber uma escrita da enunciação, é preciso olhar através da representação gráfica, ou seja, observar o que vai além da materialidade textual.

Tratar de uma escrita enunciativa é trazer para a análise as representações dos movimentos do sujeito na linguagem. Benveniste foi o primeiro a abordar a subjetividade na linguagem, descrevendo-a como a manifestação linguística de um sujeito. Essa manifestação

só acontece na relação com o outro, com o “tu” e, partindo dessa relação de pessoalidade, temos a produção do discurso. Sabemos que, ao se apropriar da língua, o locutor faz escolhas que o singularizam em seu discurso: são estas escolhas, estas apropriações da língua pelo locutor que o subjetivam na linguagem.

É importante retomar que, na teoria saussuriana, a questão da subjetividade não é tratada, uma vez que interessa à linguística saussuriana as relações internas ao sistema e não as relações entre eu-tu, pessoas do discurso. Por isso, valemo-nos aqui da teoria enunciativa de Émile Benveniste para dizer que a particularidade e a singularidade caracterizam uma enunciação na/da escrita. Escrever é também um ato enunciativo, sempre individual, único e irrepetível. As relações entre “eu”-“tu” constituídas a partir das referências atualizadas no discurso pela apropriação da língua pelo locutor instanciam o “ele” – a não-pessoa de quem falamos “eu” e “tu”. Nesse sentido, locutor e alocutário - na escrita, assim como na fala - supõem a constituição da intersubjetividade e da subjetividade, mas de maneira muito específica, como veremos a partir de agora.

Para tratarmos do ato enunciativo na escrita, precisamos lembrar algumas definições de Benveniste sobre as relações de pessoa. Sabemos que Benveniste nos coloca diante de uma díade: “eu” e “tu” estão em conjunção (eu – tu), pois são pronomes inversíveis, circulares, que participam de uma relação de reversibilidade, já que são signos vazios de referência, que se tornam cheios à medida que são apropriados num discurso.

Para que “eu” e “tu” estejam numa relação de co-presença, definidos no presente da alocação, no aqui e agora, é necessário que presentifiquem a referência no discurso (“ele”). Nesse sentido, concebemos que, se o aparelho formal é constitutivo da linguagem, é condição tanto da enunciação oral quanto da escrita, pois está posto em sua interioridade, a serviço do locutor que se utiliza dele, atualizando a língua em discurso, colocando-a em funcionamento em cada ato enunciativo (oral ou escrito).

O aparelho formal, embora considerado como constitutivo da enunciação escrita assim como é da oralidade, apresenta especificidades, principalmente no que diz respeito “ao eterno presente da alocação”<sup>5</sup>. A questão que Endruweit (2006) aborda e que julgamos

---

<sup>5</sup> Benveniste esclarece a categoria do presente no artigo “o aparelho formal da enunciação” (1974-1989, p.85), em que afirma: “O presente formal não faz senão explicitar o presente inerente à enunciação, que se renova a cada produção de discurso, e a partir deste presente contínuo, coextensivo à nossa própria presença, imprime na consciência o sentimento de uma continuidade que denominamos tempo; continuidade e temporalidade

pertinente à nossa pesquisa está no fato de que, numa enunciação escrita, “eu” e “tu” não estão em co-presença. Quando “eu” se enuncia pela escrita não o faz no mesmo presente em que o “tu” estará ao ler o enunciado de “eu”. Qual é, então, a temporalidade na enunciação escrita? Podemos dizer que o tempo presente é o tempo da leitura do “tu”. Quando o “tu” acessa o enunciado escrito do “eu”, apropria-se dele, fazendo desse momento uma instância de interlocução (obviamente diferenciada de uma interlocução na/da oralidade) de certa forma co-referindo o discurso. Sendo assim, podemos dizer que a escrita é uma atividade da *ausência*, pois a relação entre os interlocutores não se dá em co-presença, mas numa instância temporal distinta da oralidade.

Nesta pesquisa, entendemos que a instituição escolar supõe um maior grau de explicitação sobre quem são locutor e alocutário numa instância enunciativa. Na escola, o ato enunciativo escrito também se dá em momentos temporais distintos, entretanto, acreditamos que os locutores envolvidos – professor e aluno – parecem previamente já se reconhecer como aqueles que vão se constituir ou não como interlocutores, como “leitores” dos escritos nesse contexto. Ou seja, já há uma imagem de escrita relacionada aos locutores envolvidos na situação. A partir destas reflexões, podemos dizer que a intersubjetividade na enunciação escrita ocorre numa reversibilidade ligada a dois atos enunciativos: o de escrita e o ato de leitura.

As referências produzidas pelo “eu” no enunciado escrito provocam a enunciação do “tu”, também pela escrita. Sendo assim, compreendemos que “eu” e “tu” inserem-se em temporalidades diferentes ao se enunciar pela escrita: o presente do “eu” é o da escrita, o presente do “tu” é o da leitura.

Discutimos até aqui uma escrita enunciativa (na/da enunciação) e como ocorre a relação entre as pessoas “eu”-“tu” com o “ele” (referência) numa alocação escrita. Endruweit (*op. cit.*) mostra que, ao se apropriar da língua, convertendo-a em discurso escrito o locutor representa-se como sujeito. As representações do sujeito no ato de escrita são vistas pela autora através de determinadas marcas, denominadas em sua reflexão como “rastros”, como movimentos do sujeito na linguagem.

Para tratar dos rastros enunciativos do locutor ao se enunciar pela escrita,

---

que se engendram no presente incessante da enunciação, que é o presente do próprio ser e que se delimita, por referência interna, entre o que vai se tornar presente e o que já não o é mais”.

Endruweit (2006, p. 146) destaca três movimentos: a *supressão*, a *inserção* e a *substituição* no texto escrito. Conforme a própria autora, o locutor se relaciona com a língua sempre na busca por uma completude imaginária com o “tu”. Há, portanto, uma “negociação” do sujeito com a língua na busca pela completude. Esta negociação se apóia nestes aspectos, considerados, em enunciação, as marcas do locutor no discurso escrito. A língua constitui e institui o sujeito, por isso, ao se enunciar pela escrita, o locutor insere palavras, substitui, suprime, pois busca cercar os sentidos para o “tu”. Estes vestígios da negociação entre sujeito e língua marcam-se no texto escolar e apontam para a enunciação que os gerou.

A supressão, para a autora, é um movimento enunciativo gerado na busca do locutor pelo termo certo, pela palavra justa, por aquilo que restrinja ou cerque os sentidos para seu interlocutor. A autora expõe três tipos de supressão: a rasura total (quando o locutor risca o que foi escrito de modo que seja impossível decifrar o que estava embaixo), a rasura parcial (em que é possível fazer uma leitura do que havia sido escrito) e o termo ignorado (o que foi deixado para trás, que ficou apenas no rascunho). Com exceção do “termo ignorado”, os dois primeiros tipos de supressão apontam para uma “tensão”. No primeiro caso há uma tensão vinculada a uma censura do próprio locutor em relação a seu texto. No segundo caso, há uma tensão vinculada a um novo direcionamento dado ao texto. O termo ignorado é simplesmente aquilo que foi deixado de lado pelo locutor; o que foi escrito no rascunho e não entrou na versão final do texto. A supressão é uma negociação entre o locutor e a língua, ao mesmo tempo em que é uma negociação entre o locutor e si mesmo. Segundo Endruweit, “a *supressão* busca elidir, em diferentes níveis, o que já foi escrito. Aqui, o jogo é de esconder, às vezes de si mesmo, o que já foi marcado no papel. A volta sobre o próprio escrito tenta apagar as pegadas, deixando apenas rastros”.

A respeito do segundo movimento, a *inserção*, Endruweit (*op. cit.*) demonstra que ela “parece ir em direção ao “tu” com mais força do que a *supressão*” (2006, p. 165). A inserção é uma marca da busca pela completude com o “tu”, não numa tentativa de transformar o discurso já escrito, mas de acrescentar algo ao que já está posto.

“Diferentemente da rasura, o movimento da inserção não se marca pela decisão entre abordagens a seguir ou entre os elementos do léxico, sugerindo que o inciso é “posterior” à rasura. A luta do enunciador agora é com o que já está escrito, sua preocupação, portanto, é burilar e não iniciar”. (ENDRUWEIT, 2006, p. 165)

A respeito do terceiro movimento, a *substituição*, a autora afirma que ela vem de

um esforço do “eu” em apresentar “o melhor sentido” ao “tu”. Há uma mobilização do que já foi escrito.

De certo modo, a *substituição* releva da *rasura* e da *inserção*. São momentos distintos de permuta com a língua, em que um destes movimentos se sobressai aos outros dois, mas não podem ser entendidos como dissociados. Um sempre implica os outros dois. Se os três movimentos estão implicados entre “eu-tu-ele/ele’ parece possível que também formem uma relação indissociável, uma trindade. Não é possível apenas rasurar, é preciso inserir algo no lugar do que foi retirado. Mas este lugar não é, nem pode ser, fixo; logo, é preciso substituir para poder fazer a *Escrita* avançar. Esses são os movimentos da *Escrita*. (ENDRUWEIT, 2006, p.167)

Os três movimentos apresentados representam o sujeito na enunciação escrita, pois são marcas do processo de apropriação da língua pelo locutor. Podemos concluir que a escrita enunciativa ocorre na relação do sujeito com o outro, consigo mesmo e com sua língua. Nesse sentido, é numa relação intersubjetiva (pois se dá sempre entre “eu” e “tu”) que o sujeito se singulariza, registrando em seu enunciado as marcas de sua enunciação, de sua atitude na instância discursiva em que se instaura. Uma escrita da/na enunciação é a que apresenta as mobilizações do sujeito, sempre em relação a um “tu”, que não está em co-presença, mas é implícito, implicado na alocação.

As questões apontadas por Endruweit, a partir do quadro teórico benvenistiano, mostram-nos que, para produzir uma reflexão sobre as marcas do sujeito no discurso escrito, é preciso apropriar-se do princípio fundamental da teoria da enunciação, que expomos nos seguintes termos: enunciar é colocar a língua em funcionamento, sempre num ato único e irrepetível. Nesse sentido, enunciar pela escrita é também fazer escolhas singulares para constituir sentidos para o outro da alocação. Para tratar das marcas enunciativas do locutor ao se enunciar pela escrita, Endruweit (2006, p. 146) destaca três movimentos: a *supressão*, a *inserção* e a *substituição*. Nosso estudo buscará verificar o processo de singularidade da escrita enunciativa através da observação de dois aspectos da enunciação: 1) a constituição de referência e co-referência e 2) a produção de sentidos pela sintagmatização das formas no discurso do locutor. Entendemos que esses elementos a serem analisados estão em relação com os movimentos de *supressão*, *inserção* e *substituição*, próprios do processo de escrita tratados por Endruweit (2006).

Essa verificação da constituição de referências e de sentidos no processo de escrita na escola será tratada a partir da consideração de quatro escritas: a da proposta do professor; a da produção do aluno; a da observação do professor e a da reescrita do aluno.

As reflexões aqui produzidas ancoradas numa concepção de escrita como ato de enunciação possibilitam-nos pensar esse processo enunciativo como quatro atos de conversão da língua em discurso. Fazer isso requer conceber a presença neste processo dos três aspectos envolvidos no ato de enunciação: 1) o locutor e o alocutário envolvidos em cada ato; 2) a referência que se constitui em cada enunciação e 3) os instrumentos de realização deste ato, que envolvem os caracteres formais necessários à produção dos sentidos no discurso.

Esses quatro atos enunciativos podem ser tratados a partir da reflexão proposta por Silva (2004). A autora observa que o processo de escrita da redação no vestibular envolve uma alocação atual (a redação do vestibular), que supõe uma alocação anterior (a proposta), a qual aponta para uma alocação seguinte (a leitura do avaliador). No nosso caso, podemos considerar a escrita do aluno como a enunciação atual, em que o aluno enquanto locutor constitui-se como “eu” para um “tu”, co-referindo a enunciação da proposta (enunciação anterior). Já o professor, ao ler o texto do aluno e ao inserir observações, passa de alocutário a locutor, co-referindo as referências constituídas na escrita dos alunos e constituindo uma terceira enunciação. Ao reescrever o texto, a partir das observações do professor, o aluno passa de alocutário a locutor produzindo novas referências. É nessa diacronia de quatro atos enunciativos que pretendemos analisar os movimentos de intersubjetividade (locutor/alocutário - eu/tu) e os movimentos de referência e sentidos constituídos em cada discurso escrito.

Para tanto, a referência será considerada, na acepção benvenistiana, como *o estado de coisas que a provoca ou a situação a que se reporta e sentido pela ideia constituído no discurso a partir do agenciamento de formas sintagmatizados por cada locutor*.

Partindo do que tratamos sobre essa escrita enunciativa, encaminhamos nossas reflexões para pensar a enunciação e o ensino de escrita na escola, enquanto instituição imersa na cultura. Certamente, o estudo de uma escrita enunciativa e das representações do sujeito na língua são fundamentos para compreendermos o ato enunciativo escrito no contexto escolar.

### **3.3 Relações entre enunciação e ensino de escrita na escola**

Na seção anterior, determinamos que a escrita enunciativa é a que apresenta, em sua materialidade, marcas do sujeito no fio do discurso. Para tanto, apresentamos algumas

mobilizações do sujeito na língua, postuladas por Endruweit (2006) e que representam o próprio *processo* de escrever, manifestam o ir e vir do locutor ao propor-se numa enunciação escrita. Além disso, produzimos uma reflexão para pensar a produção de textos na escola, objeto de estudo deste trabalho, como imersa numa estrutura que comporta quatro atos enunciativos: o da proposta, o da escrita dos alunos, o das observações do professor e o da reescrita. Nesse processo, concebemos haver um movimento dos aspectos implicados no ato de enunciação, quais sejam: a relação locutor-alocutário e a constituição de referências e de sentidos.

Sabendo que esse processo de escrita constitui-se no espaço escolar, colocamo-nos diante de três questões norteadoras para pensarmos a relação entre a enunciação e a escrita produzida na escola: 1º - O que significa enunciar pela escrita em contexto escolar? 2º - Quem se constitui como locutor e alocutário no ato enunciativo de escrita na escola? 3º - Qual é o “texto” que se escreve na escola? Os questionamentos que erigimos serão abordados à luz do artigo “vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística”, de Benveniste (1966-2005) e do artigo “enunciação, texto, gramática e ensino de língua materna”, de Flores e Mello (2009).

Com a citação de Benveniste, damos início a nossa reflexão:

“Qual é então a fonte desse poder misterioso que reside na língua? Por que indivíduo e sociedade, juntos e por igual necessidade, se fundam na língua? Porque a linguagem representa a mais alta forma de uma faculdade que é inerente à condição humana, a faculdade de *simbolizar*”. (2005, p. 27)

Simbolizar é a palavra-chave da relação que se estabelece entre o indivíduo e a sociedade desde seu nascimento. Para representar o mundo, a cultura e a sociedade, o indivíduo simboliza, ou seja, representa o mundo que o cerca a partir de um conjunto de valores inscritos na cultura. Ainda como nos mostra Benveniste (1966-2005, p.28-29), “a faculdade simbolizante permite de fato a formação do conceito como distinto do objeto concreto, que não é senão um exemplar dele”.

A cultura e o próprio pensamento só se tornam possíveis porque é inerente ao homem simbolizar, recriar o mundo para tentar compreendê-lo e explicá-lo. Assim sendo, a linguagem torna-se a melhor forma de simbolizar, “é a expressão simbólica por excelência”, nas palavras de Benveniste. A linguagem é mediadora da relação entre o homem e o mundo,

pois organiza as experiências particulares do sujeito e as tornam acessíveis aos outros sujeitos. Conforme Benveniste, a linguagem representa o mundo, mas submete-o a sua própria organização.

Não há, numa relação homem-homem, homem-cultura, uma ligação direta: há, entre eles, algo que medeia a relação. Esse elo é o próprio *simbólico*, é o que representa o pensamento.

De fato, a linguagem se realiza sempre dentro de uma língua, de uma estrutura lingüística definida e particular, inseparável de uma sociedade definida e particular. Língua e sociedade não se concebem uma sem a outra. Uma e outra são dadas. Mas também uma e outra são aprendidas pelo ser humano, que não lhes possui o conhecimento inato. (BENVENISTE, 1966-2005, p. 31).

Indivíduo e sociedade são indissociáveis, pois o indivíduo representa a sociedade e recria-a a partir de sua experiência, transformando-a. Indivíduo e sociedade são constitutivos, pois fundados na/pela língua; ambos se transformam e se representam na linguagem. Ao se apropriar da língua, o locutor representa o mundo. O ato enunciativo deste locutor será representação e, para seu interlocutor, será recriação do acontecimento.

Como sabemos, ao se enunciar o locutor se apropria da língua e a torna própria, atualizando-a, num ato sempre único e irrepetível. É possível dizer que ele simboliza o mundo a cada enunciação, pois o representa e o transforma. Sendo assim, podemos responder nosso primeiro questionamento afirmando que enunciar pela escrita é também representar o mundo e recriá-lo para seu interlocutor.

Apropriar-se da língua e se enunciar pela escrita significa também fazer isso estando inscrito numa cultura, numa história. Benveniste compreende a “cultura” como o conjunto de prescrições, interdições e valores que fazem parte do meio humano, sendo ela inerente às sociedades humanas. Assim, podemos tomar para nós as concepções de Benveniste afirmando que, enunciar pela escrita é representar a sociedade, recriando-a. Participar deste ato enunciativo na escola é estar inscrito numa cultura e nas simbolizações que envolvem este lugar – físico e enunciativo.

O locutor que escreve na escola constitui um alocutário também inscrito na cultura escolar. Seu texto é representação de sua experiência interior e exterior e, por ser produzido numa instância escolar, terá implicações diferenciadas de outras enunciações escritas.

A escola institui-se socialmente também através de simbolizações, que a constituem e inscrevem aqueles que dela fazem parte. Portanto, a enunciação escrita na escola produz



enunciados marcados por determinados símbolos que designam a instituição escolar. Sabemos, por exemplo, que a escola é representação da ciência, do conhecimento; considerada o único lugar onde se aprende a ler e a escrever. Estes conceitos são criados simbolicamente pelos indivíduos e envolvem o imaginário escolar. Assim, escrever na escola não é uma tarefa neutra, pois a própria instituição é representada simbolicamente pelo social. Além disso, a instituição escolar contém uma diversidade de enunciados sobre a língua, sobre a leitura e a escrita, que constituem também os dizeres dos que estão inscritos na escola.

A partir destas reflexões, podemos encaminhar nosso segundo questionamento, que diz respeito a quem se constitui como locutor e alocutário escreventes/leitores na escola. Conforme já discutimos na seção anterior, ao escrever o locutor propõe um “tu”, que não está em co-presença, mas que está implicado no ato enunciativo. Ao ler um “texto”, o interlocutor transforma a escrita do “eu”, apropriando-se também dela. Locutor e alocutário na escola constituem-se como os sujeitos inscritos na cultura “aluno” e “professor”. De modo geral, o aluno parece estar na posição de locutor, que responde somente às demandas do professor. O professor institui-se como alocutário do texto do aluno. Sendo autoridade na sala de aula, pois é parte de sua tarefa “avaliar o processo de aprendizagem”, o professor centraliza a tarefa do “leitor”, visto que o texto escolar parece não circular entre os colegas em sala de aula.

Sobre a escrita em sala de aula, podemos dizer que ela é percebida como uma tarefa, como um exercício, desvinculada da experiência do aluno. Além disso, o professor não se constitui como escrevente em ambiente escolar: ele é apenas aquele que demanda escritos e que decreta o valor e a qualidade dessas produções. Nesse sentido, o locutor do ato enunciativo escrito na escola é o aluno, que escreve para cumprir uma tarefa escolar; o alocutário é o professor e ninguém mais, nem mesmo os outros alunos; o professor apenas lê o texto e, raramente, co-refere pela escrita fazendo observações, apontamentos, sinalizando uma reescrita.

Podemos concluir que o locutor e o alocutário na escola estão alheios à própria lógica do ato de escrever. É uma escrita da *ausência*: aquele que escreve o faz de modo esvaziado, pois a escrita não é entendida como possibilidade de organizar os universos onde circula o sujeito do mundo “aluno”; aquele que lê o faz para julgar, para determinar, a partir de correções (na maioria das vezes gramaticais) o certo e o errado, a verdade e a inverdade do

texto do aluno. Consideramos uma escrita da ausência já que o texto do “eu” não tem perspectiva de ser recriado pelo “tu”. Não há um leitor, mas um “avaliador” distante das necessidades do “eu” em relação ao que poderia ser transformado no enunciado escrito.

Como terceiro e último aspecto desta seção, ainda precisamos considerar que tipo “texto” se produz na escola. De acordo com Flores e Mello (2009, p. 194), “o texto, seja na atividade de leitura, seja na atividade de escrita, é analisado e construído no vazio, como se existisse independentemente de uma situação enunciativa singular, que implica sujeitos em interação”. De certa forma, já discutimos ao longo da pesquisa que tipo de “texto” se produz na escola. Valemo-nos aqui do que afirmam Flores e Mello (2009) para designar o texto da escola como uma produção meramente representacional: ela representa uma atividade a ser cumprida; além disso, constitui-se como o lugar de demonstração daquilo que o sujeito do mundo “aluno” aprendeu da ciência, de uma ciência escolarizada. O texto é analisado superficialmente pelo alocutário professor e, quando discutido, está a serviço da correção.

A escrita na escola é uma prática distante da relação intersubjetiva e, por isso, afastada também da possibilidade de se constituir a subjetividade pela/na escrita. Não raro é escutar professores dizendo que não se utiliza “primeira pessoa” na produção de um texto, pois ele deve ser objetivo, impessoal. A transparência, a clareza e a concretude são valores arraigados ao fazer escrito escolar, tão “óbvios” que praticamente inquestionáveis. Assim, produzir um texto na escola significa incorporar a ele a lógica da ciência e os conteúdos dados em aula, para que ele tenha uma função. O texto como tal tem uma dupla face: ao mesmo tempo em que organiza a experiência do mundo daquele que escreve, transforma e organiza a experiência de quem lê. Mas, pensemos, o texto da escola cumpre este papel?

Acreditamos que, de maneira geral, o texto na escola é construído para ter uma função, por isso mesmo é um exercício, é uma repetição de ideias para se atingir um objetivo, para tornar o aluno apto a escrever “o bom texto”. Nesse sentido, aquele que escreve não organiza sua experiência; aquele que lê tampouco transforma os escritos do “eu”. A escola parece lutar contra uma escrita da intersubjetividade: professor e aluno não pensam ou discutem os escritos, pois não partilham o mesmo lugar enunciativo na instituição escolar. O professor, representante da instituição, autorizado pela escola, tenta desautorizar os “rastros” de subjetividade do aluno. Ou seja, há sempre uma tentativa de apagamento das marcas do sujeito impossível de acontecer, já que o sujeito sempre emerge de sua própria enunciação.

Podemos concluir que o ensino de escrita na escola não é uma prática intersubjetiva, ao contrário, “eu” e “tu” não se relacionam pela escrita na escola. Nesse sentido, a escola parece se afastar de uma escrita enunciativa, pois os rastros da singularidade dos sujeitos que se enunciam pela escrita são “apagados” no exercício da escrita.

No capítulo que segue, damos início à exposição da metodologia utilizada na análise dos nossos dados. A discussão estabelecida até aqui é o que fundamentará nossa análise e as reflexões postuladas sobre os dados.

## **4 METODOLOGIA**

Em Teoria da Enunciação - e aqui tratamos especificamente da teoria enunciativa de Émile Benveniste - não dispomos de um método *a priori* de investigação, pois como a própria enunciação é única e irrepetível, seria incoerente um manual com procedimentos analíticos pré-estabelecidos. Nesse sentido, a análise dos dados coletados será realizada, principalmente, com base nas reflexões enunciativas produzidas no capítulo 2 deste estudo.

Apresentaremos, neste capítulo, os participantes da pesquisa, o corpus que constitui nossos dados, os procedimentos de coleta e os procedimentos de análise. Em seguida, iniciaremos a análise dos dados, que tem, nas reflexões teóricas, os fundamentos para nossas reflexões analíticas.

### **4.1 Os participantes da pesquisa**

Os participantes que constituem esta pesquisa são alunos de uma sexta-série do ensino fundamental da Escola Estadual de Ensino Fundamental General Daltro Filho, situada no Bairro Auxiliadora, em Porto Alegre. No momento da coleta dos dados, os alunos faziam parte das aulas de Língua Portuguesa pertencentes à disciplina de Estágio I da Faculdade de Letras. O período de estágio foi de dois meses, com início em maio e término ao final de mês de junho de 2009. A turma da sexta série contava com trinta alunos, todos entre onze e doze anos de idade. Assim, professor-estagiário e alunos constituíram-se como participantes desta pesquisa.

### **4.2 O corpus: narrativas escolares**

Nosso corpus constitui-se de uma proposta de escrita sobre o tema Histórias Extraordinárias, feita pelo professor-estagiário, responsável por este estudo, uma narrativa pessoal escrita pelos alunos da turma acerca deste tema. Em seguida, são feitas observações e apontamentos do professor sobre a narrativa dos alunos e uma reescrita do mesmo texto. Das trinta narrativas escrita e reescritas, escolhemos apenas uma delas como dado de análise, pois nossa pesquisa inscreve-se numa perspectiva qualitativa e não quantitativa.

Sendo assim, a quantidade de narrativas não importava para nosso trabalho, que visa observar os movimentos de referência e de co-referência entre locutor aluno e alocutário professor no/pelo enunciado escrito.

### **4.3 Procedimentos de coleta**

Na primeira semana de aulas, os alunos realizaram a leitura de alguns contos do autor norte-americano Paul Auster, do livro “Achei que meu pai fosse Deus”. Essas histórias caracterizavam-se como fatos reais, que pareciam fictícios, narrados pelo próprio autor do livro em uma rádio americana, onde trabalhava como locutor.

Após fazerem a leitura destes pequenos contos, o professor-estagiário propôs aos alunos que pesquisassem com amigos, vizinhos, colegas, família uma história que considerassem extraordinária ou fantástica. Como tarefa da aula que se seguiu, o professor-estagiário solicitou que produzissem um texto narrando esta história. Foi exposto aos alunos que fazia parte da tarefa inventar ou não fatos, personagens, novas ações. O momento de escrita foi mediado pelo professor-estagiário, que circulava pela sala auxiliando os alunos no processo de escrita.

Após a escrita deste primeiro texto, o professor-estagiário leu todos os textos e entregou aos alunos com anotações e observações, solicitando uma reescrita da narrativa. No momento da reescrita, o professor-estagiário também mediou a tarefa. A reescrita da narrativa era importante para que revisassem sua primeira produção, depois de estudarem aspectos do gênero conto. Além disso, precisaríamos de pelo menos uma reescrita a fim de analisarmos como o sujeito se subjetiva no texto e como se relaciona com seu alocutário, constituído na figura do professor.

É importante salientar que a construção destes textos não teve qualquer intervenção dos outros alunos. Apenas o professor mediou o processo de escrita, constituindo-se como único alocutário durante a construção do texto.

### **4.4 Os procedimentos de análise**

Neste estudo, pretendemos responder à seguinte questão: como o processo de escrita na escola, concebido como ato de enunciação, instancia referência e sentidos a partir

da intersubjetividade enunciativa? Assim, nosso percurso de análise busca mostrar o funcionamento deste processo a partir da consideração de quatro momentos, quais sejam: 1) a proposta do professor; 2) a escrita do aluno; 3) as observações do professor e 4) a reescrita do aluno.

Segundo a reflexão teórica empreendida nesta pesquisa, cada um desses momentos será considerado um ato enunciativo, porque ligado à singularidade dos locutores envolvidos e à particularidade da referência instanciada em cada discurso, produto da enunciação. Ou seja, a proposta, a primeira escrita do aluno, as observações do professor e a segunda escrita do aluno têm um tempo, espaço, locutores específicos e referências particulares, por isso considerados tais momentos como atos enunciativos que possuem uma independência relativa. Isso porque estão em relação um com o(s) outro(s) e, ao mesmo tempo, apresentam os elementos da enunciação de modo singular.

Assim, o locutor-professor da proposta refere (ato enunciativo 1/enunciação anterior) para, em outro momento, o aluno se constituir como alocutário e co-referir, produzindo seu discurso (ato enunciativo 2/enunciação atual)<sup>6</sup> e se constituindo como locutor. Com isso, o aluno movimenta-se do lugar de alocutário para o de locutor, instanciando referência no discurso para seu alocutário - o professor. Num momento posterior, o professor, ao constituir-se como alocutário autorizado na escola a co-referir o discurso do aluno, faz observações escritas (ato enunciativo 3/enunciação posterior) sobre a enunciação do aluno, movimentando-se do lugar de alocutário para o de locutor. No momento seguinte, temos a escrita do aluno (ato enunciativo 4/retomada da enunciação atual), que, após a referência instanciada no discurso do locutor-professor, aparece novo movimento: o aluno constitui-se como locutor e instaura seu alocutário - o professor.

O que será observado em cada ato enunciativo? Consideramos que a enunciação comporta: 1) o ato, que traz locutor e alocutário; 2) a situação, através da qual o locutor estabelece certa relação com o mundo, referindo pelo discurso e possibilitando ao outro co-referir; 3) os instrumentos de realização da língua.

---

<sup>6</sup> Estamos considerando a primeira escrita do aluno como enunciação atual, porque a concebemos como centro do processo diacrônico de quatro enunciações. Isso porque ela acontece por ter havido uma enunciação anterior (ato enunciativo 1) que a provoca e que, por sua vez, provoca enunciações posteriores, a do professor (ato enunciativo 3) e a de retomada dessa escrita (ato enunciativo 4).

Com relação ao primeiro aspecto, trataremos da intersubjetividade constituída em cada ato. Nesse sentido, verificaremos os movimentos ou mudanças de locutor e alocutário em cada ato enunciativo.

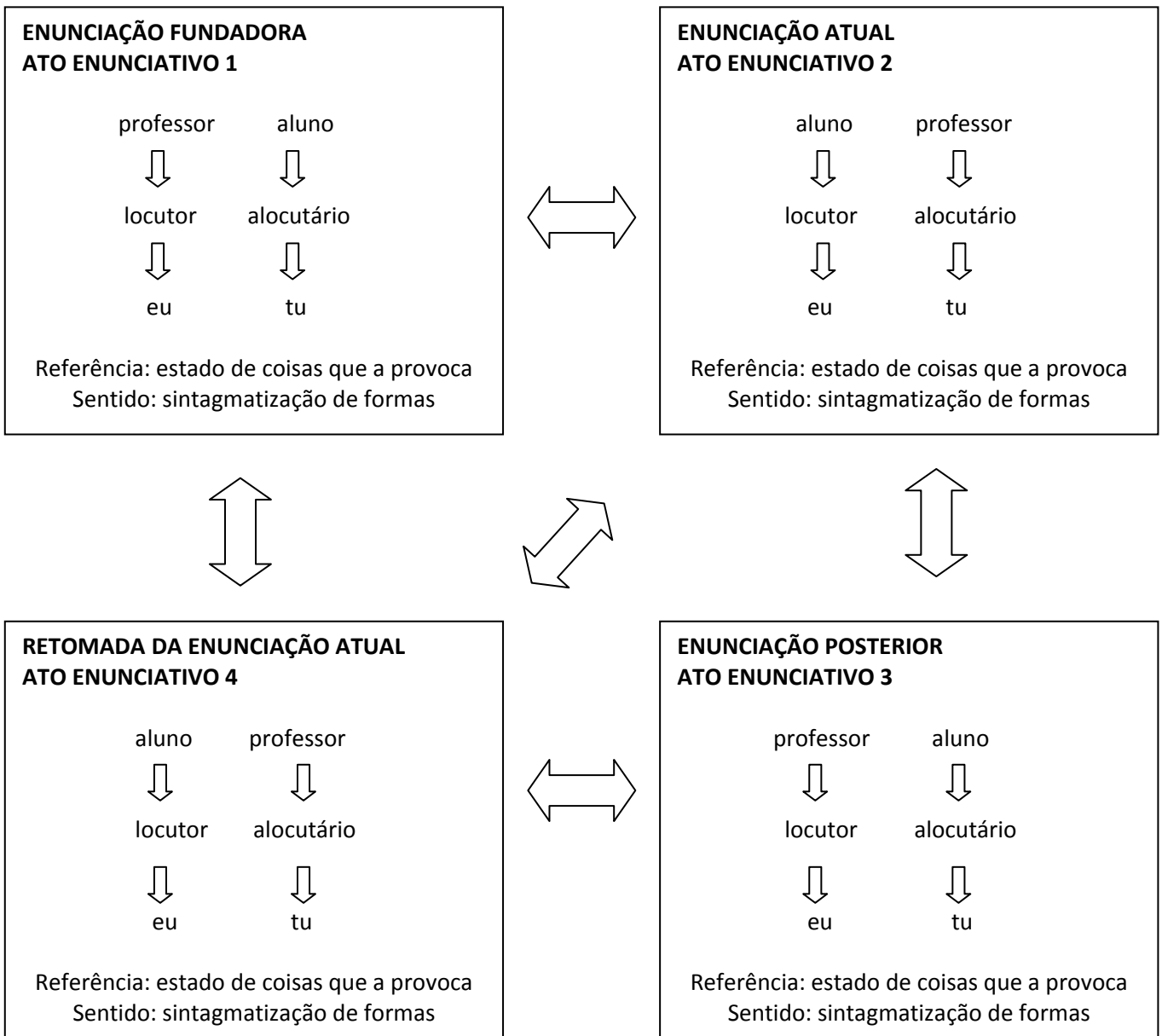
Com relação ao segundo aspecto, consideraremos a referência, definida tal como Benveniste (1966-2005), como o “estado de coisas que a provoca”. Com relação aos instrumentos, será verificado como o sentido realiza-se, através do agenciamento de palavras propostas pelo locutor, que sintagmatiza, em cada ato, sentidos sempre singulares. Retomando as questões do capítulo 2, o sentido da frase/discurso aqui será concebido como sua ideia constituída pela sintagmatização das escolhas operadas pelo locutor no processo de conversão da língua em discurso.

Assim, em cada ato enunciativo, procuraremos na análise responder as seguintes questões: 1) Quem está no centro da conversão da língua em discurso? O locutor-aluno ou o locutor-professor? 2) Quem é constituído como outro da enunciação no processo de conversão da língua em discurso? O alocutário-aluno ou o alocutário-professor? 3) Como se constitui a referência<sup>7</sup> em cada ato enunciativo? Que estado de coisas cada discurso provoca para originar o discurso seguinte, enquanto manifestação da enunciação? 4) Que sentidos particulares são constituídos em cada ato enunciativo a partir da ideia instanciada no discurso/frase pelas escolhas de cada locutor? Como a totalidade da ideia é percebida por uma compreensão global?

O esquema a seguir buscará representar esses movimentos intersubjetivo, referencial e de sentidos em cada ato enunciativo:

---

<sup>7</sup> A co-referência, elemento que consideramos constitutiva do processo enunciativo, parece se situar entre um ato enunciativo e outro, já que faz parte do ato de leitura de cada discurso enunciado.



Após delimitarmos nosso processo analítico, partimos, então, para a análise do processo enunciativo desta escrita<sup>8</sup>, conforme exposto na metodologia.

<sup>8</sup> Estamos concebendo aqui como processo enunciativo o conjunto de quatro atos enunciativos: a proposta do professor, a primeira escrita do aluno, a solicitação de reescrita do professor e a reescrita do aluno.



## 5 ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção pretendemos, através da análise, mostrar como o processo de escrita na escola, concebido como ato de enunciação, instancia referência e sentidos a partir da intersubjetividade enunciativa. Assim, para tratar do funcionamento enunciativo desse processo, consideraremos quatro atos de enunciação inscritos em diferentes momentos, quais sejam: 1) a proposta do professor; 2) a escrita do aluno; 3) as observações do professor e 4) a reescrita do aluno.

Temos como ato enunciativo 1/enunciação anterior a proposta de escrita feita oralmente em sala de aula pelo professor, locutor deste ato. Conforme descrevemos nos procedimentos de coleta, esta proposta ocorreu como tarefa a partir da leitura de contos extraordinários lidos em aula. A proposta era a seguinte:

### **Ato enunciativo 1/ enunciação anterior**

Após a leitura dos contos de Paul Auster, você deverá pensar em uma história sua ou de alguém que conhece e que considere extraordinária, fantástica. Você pode pesquisar com amigos, família, colegas e inventar, acrescentando personagens, ações etc. Em seguida, você deverá escrever a história.

Compreendemos que o primeiro ato enunciativo se instaura como a enunciação fundadora de todo o processo que se seguiu. É a partir dela que os outros atos serão produzidos, portanto, é o primeiro ato que constitui uma referência que se estende em todos os outros atos e, em cada um, aparece de maneira renovada.

Inicialmente, precisamos observar quem está no centro da conversão da língua em discurso no primeiro ato enunciativo. Certamente é o professor como locutor, que se constitui como “eu” do discurso da proposta de escrita, instanciando o “tu” nesse discurso. Esse “eu” representado no discurso da proposta endereça-se ao alocutário-aluno, representado como “tu”, o outro da alocução. Assim, locutor e alocutário são, respectivamente, professor e aluno nessa instância discursiva. Ao propor a escrita de um texto, na escola, o professor convoca o aluno, que atua como seu alocutário, a participar da alocução. Ao utilizar “você deverá” e “você pode” o locutor assume-se como “eu” e propõe o alocutário na instância discursiva, seu “tu”. O primeiro ato instaura os sujeitos do discurso “eu” e “tu”, pois ao se enunciar, “eu” convoca “tu” a co-referir pela escrita.

Para tratarmos da referência é preciso pensar sobre o estado de coisas que o primeiro ato enunciativo provoca para originar o ato seguinte. Podemos dizer que a proposta do professor é uma *intimação*, uma ordem de escrita. Nesse caso, apoiamos nossa reflexão em Benveniste (1974/1989), que trata o aparelho de funções como um mecanismo capaz de influenciar o comportamento do alocutário. Além da *interrogação*, Benveniste aponta a *intimação* como uma enunciação construída para provocar alguma co-referência do alocutário na instância discursiva:

De modo semelhante distribuir-se-ão os termos ou formas que denominamos de *intimação*: ordens, apelos concebidos em categorias como o imperativo, o vocativo, que implicam uma relação viva e imediata do enunciador ao outro numa referência necessária ao tempo da enunciação. (op. cit. p. 86)

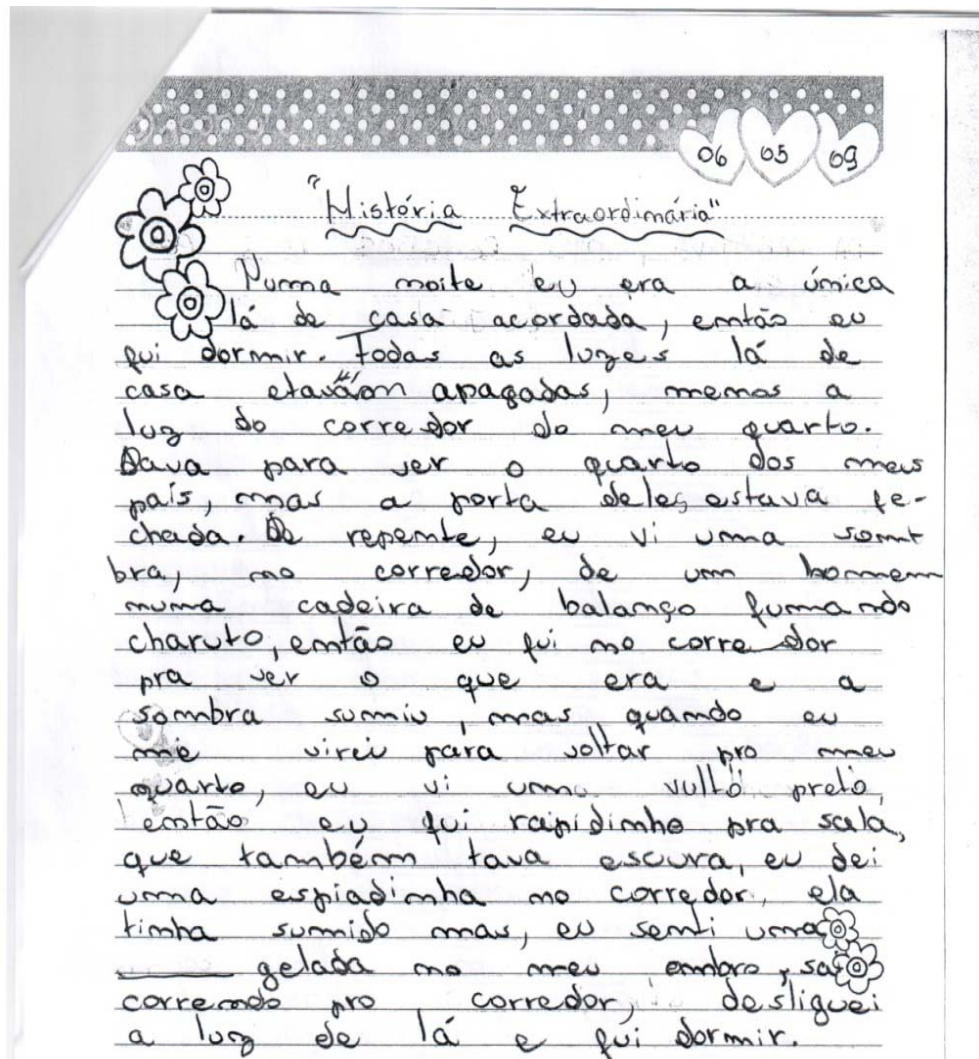
A referência do texto é dada pelas expressões “você deverá” e “você pode”. O apelo do sujeito do discurso “eu”, relacionado ao locutor-professor, encaminha o “tu”, relacionado ao alocutário-aluno, a constituir seu discurso. Ao solicitar uma escrita, o locutor-professor, autorizado pela escola a demandar tarefas, intima o alocutário aluno a realizar seu ato de escrita, ato enunciativo 2. O alocutário-aluno vê-se intimado a escrever seu texto, pois esta é uma tarefa vertical, do locutor-professor para o alocutário-aluno: o texto não “pode” ser escrito, ele “deve” ser escrito. Nessa intimação, o locutor-professor, ao se constituir como “eu”, convoca o “tu”, relacionado ao alocutário-aluno, a co-referir a referência atualizada na proposta, qual seja: “Você deverá pensar em uma história sua ou de alguém que conhece e que considere extraordinária, fantástica”. Nesse sentido, a referência instanciada na proposta é a ordem para produzir uma história extraordinária.

Ainda nos resta saber que sentidos particulares são produzidos neste ato enunciativo, pois, tal como definido por Benveniste (1966-2005) o sentido é a idéia gerada pela compreensão global, que no caso da proposta liga-se à escrita de uma narrativa. Conforme o autor, o sentido se dá pela sintagmatização de formas no ato enunciativo. Acreditamos que toda a proposta remete ao ato de narrar, de escrever uma história. As palavras “conto”, “história”, “personagens”, “ações” em relação ao todo enunciativo, produzem a ideia de escrita narrativa, já que a palavra história é agenciada pelo locutor duas vezes. Nessa escrita, o “eu” da proposta encaminha o “tu” a pensar nas histórias vivenciadas ou a pesquisar com pessoas de suas relações, uma vez que sintagmatiza as seguintes formas:

“história sua ou de alguém que conhece”, “pesquisar com amigos, família, colegas...”

As primeiras considerações estabelecidas a respeito dos sujeitos implicados neste ato, da referência e do sentido, encaminham-nos a pensar sobre o segundo ato enunciativo, que se constitui como centro do processo enunciativo. Concebemos esse ato como centro porque o anterior é uma ordem para que ele aconteça e os atos seguintes (3 e 4) retornam sobre esse ato 2.

### Ato enunciativo 2/ enunciação atual<sup>9</sup>



Há no segundo ato enunciativo uma mudança de locutor e alocutário. O alocutário-

<sup>9</sup> No texto reproduzido acima existem algumas intervenções do professor à caneta, feitas durante sua leitura. Essas intervenções são percebidas no texto original por estarem marcadas com uma cor diferente da utilizada pelo aluno. As intervenções são: acento riscado (quarta linha, palavra “estavam”); traço sublinhado (antepenúltima linha, “senti uma \_\_\_\_\_ gelada...”).

aluno do ato 1 passa a ser o locutor-aluno, instaurando agora o professor como seu alocutário, como futuro leitor do texto que produziu. Ocorre, neste ato, um deslocamento do papel do locutor-professor na alocação. No primeiro ato este se constitui como aquele que “ordena”, que demanda tarefas ao alocutário-aluno e o convoca para a enunciação. A escrita do aluno altera a relação intersubjetiva no jogo de inversibilidade enunciativa, visto que o locutor-professor do primeiro ato torna-se o alocutário-leitor, desempenhando novo papel na situação enunciativa. Agora, constituído como “tu” pelo ato enunciativo do aluno, co-refere as referências do ato-enunciativo 2 em um tempo e espaço posteriores à enunciação do locutor-aluno.

O locutor-aluno, ao converter a língua em discurso, marca-se na primeira pessoa no percurso narrativo e coloca-se como centro da instância discursiva “eu”. Todas as instâncias espaciais (sua casa, no corredor) e temporais (numa noite) agenciadas pelo locutor convergem para o “eu” atualizado no discurso por esse locutor. Também os possessivos estão em relação a esse sujeito representado no discurso (meu quarto, meus pais).

A relação intersubjetiva se dá entre locutor-aluno e alocutário-professor: o locutor-aluno (ato 2) co-refere o primeiro discurso do locutor-professor (ato 1). O texto surge a partir da referência do ato enunciativo 1/ enunciação fundadora. Conforme tratamos anteriormente, o primeiro ato enunciativo tem como referência a intimação para escrever uma história extraordinária. O segundo ato enunciativo tem como referência particular o “susto”. O locutor-professor se representa como “eu” na proposta e convoca o “tu” a constituir uma história extraordinária. O locutor-aluno representa-se como “eu” no ato enunciativo 2 e particulariza a proposta construindo uma narrativa sobre um “susto”.

O sentido constituído no ato enunciativo 2 manifesta-se pelo agenciamento de palavras do sujeito discursivo “eu”. Ao apropriar-se da língua, o locutor-aluno sintagmatiza no discurso marcas particulares, ligadas à referência “susto”. Para observar estas marcas agenciadas no ato enunciativo 2, estabelecemos as seguintes categorias:

- a) Marcas espaciais e temporais;
- b) Marcas do “outro” interno à narrativa;
- c) Marcas pessoais.

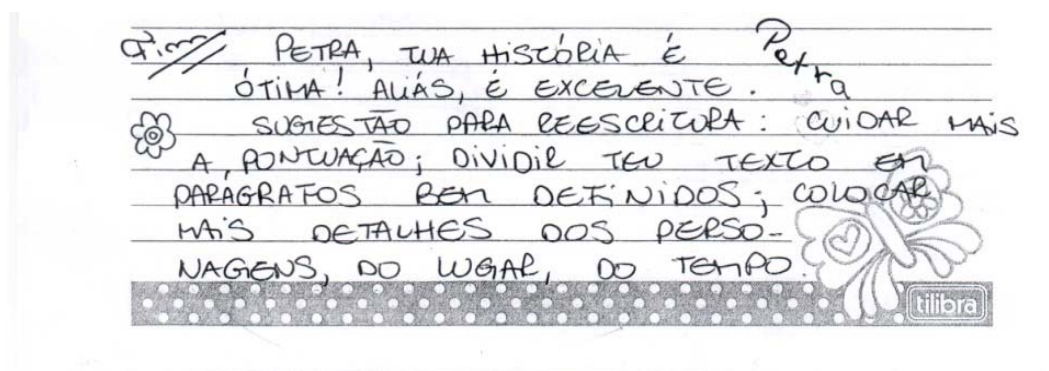
Como marcas espaciais e temporais, destacamos as palavras: noite, casa apagada, corredor, quarto, sala, lá. Como marcas do “outro” interno à narrativa, entendemos todas as expressões ligadas a uma outra figura, constituída no percurso de ações internas à narrativa,

que provocam uma atmosfera de medo: sombra, vulto preto, homem numa cadeira de balanço fumando charuto, uma // gelada no meu ombro. Nesse sentido, podemos dizer que o “outro” da narrativa é o causador do susto. Por fim, caracterizamos as marcas pessoais como todas as expressões que se referem ao eu do discurso, que se representa como solitário no espaço de sua casa e no momento de escuridão (noite, luzes apagadas). Assim, entendemos que a “solidão” desempenha papel central neste ato enunciativo e está marcada pelas relações temporais e espaciais vinculadas ao sujeito representado na narrativa: única lá de casa acordada, porta do quarto dos pais fechada, sala escura.

Todas essas expressões agenciadas geram uma compreensão global (sentido) relacionada ao modo como o locutor-aluno sintagmatiza palavras no discurso para produzir uma história de susto, maneira como particulariza a referência da proposta: “escrever uma história extraordinária”. As marcas temporais, espaciais e do “outro” vinculadas às marcas pessoais da narrativa estão encadeadas de modo a gerar um texto que, para o “eu” do discurso, corresponde à proposta do “tu”.

O segundo ato enunciativo (texto do locutor-aluno) provoca a escrita do terceiro ato enunciativo (observações do alocutário-professor), como veremos a seguir.

### Ato enunciativo 3/ enunciação posterior



O ato enunciativo 3/ enunciação posterior manifesta um novo movimento entre “eu” e “tu”, locutor e alocutário: no momento em que converte língua em discurso, o locutor-professor constitui-se como sujeito do discurso “eu”. Esta enunciação posterior do “eu”, relacionada agora ao locutor-professor, está ligada aos dois atos anteriores, pois, para ser produzido, teve como suporte sua própria proposta inicial e, principalmente, a escrita do

locutor-aluno na enunciação atual (ato enunciativo 2). A relação entre “eu” e “tu”, centro do processo enunciativo, é novamente mobilizada, instaurando o locutor-professor não mais como leitor de um texto, mas como um “eu” que se coloca no lugar de autoridade da instituição escolar, que ordena tarefas, demanda mudanças, faz sugestões acerca do ato enunciativo anterior.

A referência do terceiro ato enunciativo se dá, novamente, por uma ordem, mas agora de reescrita. Essa ordem é percebida pelo agenciamento das palavras “sugestão”, “dividir teu texto”, “cuidar mais a pontuação”, “colocar detalhes”. Novamente o alocutário-professor intima o locutor-aluno a produzir algo, mas agora, uma escrita de retorno do ato enunciativo que já foi realizado a partir de sua primeira ordem.

O ato enunciativo 3 constitui nova reversibilidade enunciativa, pois a relação intersubjetiva se altera. O alocutário do ato enunciativo 2 (o professor), ao co-referir o discurso de seu locutor anterior (o aluno), volta a referir em seu discurso, instanciando-se como locutor e representando-se como “eu” ao endereçar-se ao “tu”, relacionado ao alocutário-aluno, com as intimações já mencionadas: “cuidar mais a pontuação”, “dividir teu texto em parágrafos”, “colocar mais detalhes”.

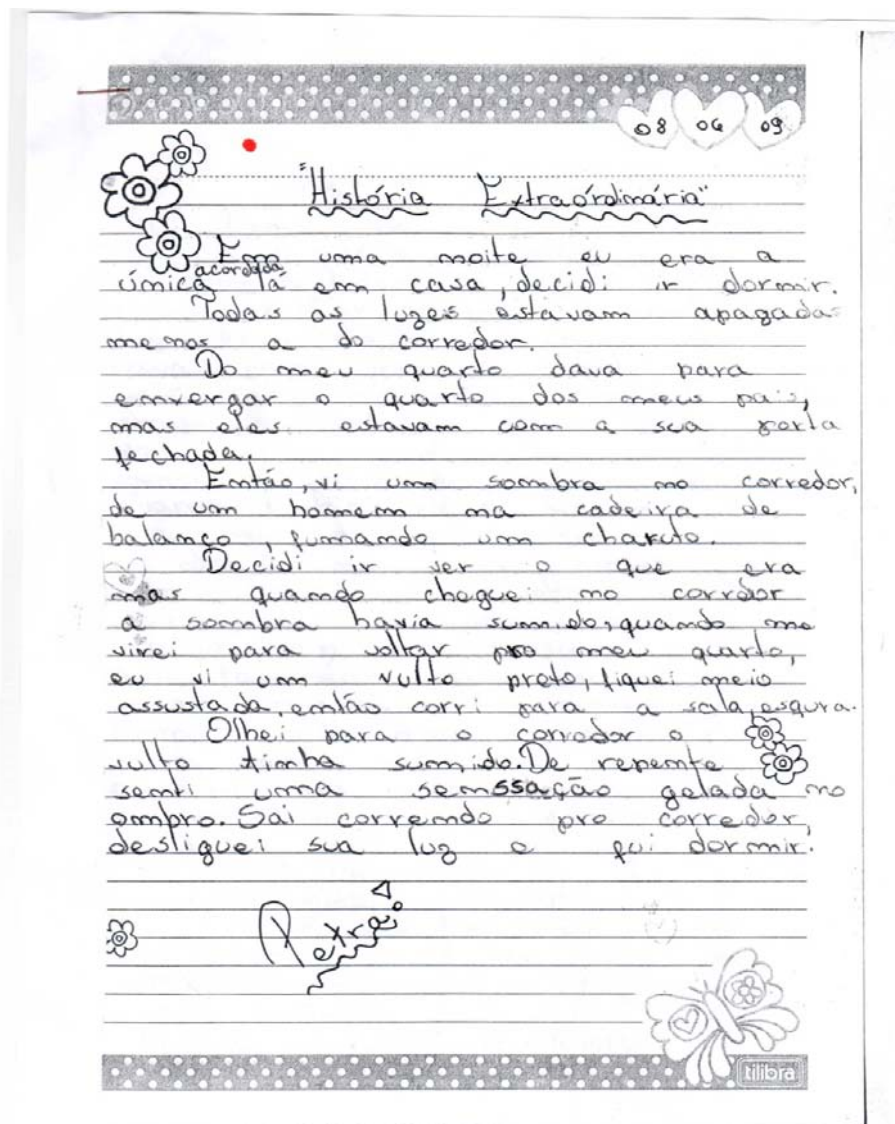
Além dessas intervenções no final do texto, o “eu” discursivo faz intervenções no próprio texto: marca como errado o acento utilizado pelo locutor-aluno na palavra “estavam” agenciada pelo locutor do ato enunciativo anterior (ato 2/ início do texto). Podemos notar também que o locutor do segundo ato enunciativo não coloca uma palavra no final do texto: “eu senti uma \_\_\_\_\_ gelada no meu ombro...”. O alocutário-professor, no ato enunciativo 3, é quem destaca esta lacuna sublinhando, mostrando ao locutor-aluno que faltou escrever algo nesse espaço, conforme esclarecemos na nota 5. É uma falta que significa uma espécie de apagamento. Tal falta será preenchida no ato enunciativo 4, quando o locutor-aluno reescreve seu texto e sintagmatiza novas formas, como mostraremos na análise do ato enunciativo 4. Assim, podemos concluir que o locutor-professor intima o alocutário-aluno a modificar a primeira escrita.

O sentido global do texto pode ser percebido pelo uso de todas as palavras deste ato: ao falar novamente “história”, ao julgar como “ótima”, como “excelente”, ao fazer intimações como as que vimos acima e pedir “mais detalhes dos personagens, do lugar, do tempo”, o sentido torna-se o de “avaliação” e o de busca pelo detalhamento dos elementos narrativos espaço, tempo e personagem. A narrativa e todos os elementos a ela ligados

fazem parte dos sentidos constituídos em todo o processo enunciativo: ato enunciativo 1 e ato enunciativo 2. O locutor professor intima o alocutário-aluno a retomar o seu dizer e a dialogar novamente com a proposta. O modo como o locutor-aluno agencia os elementos temporais, espaciais e pessoais no ato enunciativo 2 aponta para o alocutário-professor uma “falta” e, por isso, seu discurso é o de busca de completude.

Assim, o “tu” discursivo (relacionado ao alocutário-aluno) enuncia-se no ato seguinte tornando-se “eu” (relacionado ao locutor-aluno) na busca por completude com o seu alocutário, o professor.

#### Ato enunciativo 4/ retomada da enunciação atual



Para analisarmos o ato enunciativo 4 (retomada do ato enunciativo 2), precisamos

observá-lo em relação às sugestões do locutor-professor (ato 3) e às modificações estabelecidas na reescrita a partir da primeira enunciação do locutor-aluno. A nosso ver, esse último ato sintetiza todo o processo enunciativo sob análise, pois carrega consigo as marcas da proposta/intimação, as marcas da primeira escrita e as marcas enunciativas produzidas a partir da segunda intimação. Novamente, há um movimento na relação intersubjetiva, pois o locutor-aluno, ao voltar a converter a língua em discurso, torna a se constituir como “eu” e a instanciar o “tu”, relacionado ao alocutário-professor.

A referência desta retomada da enunciação atual ainda é o “susto”, já que locutor-aluno mantém a primeira intimação: escrever uma história extraordinária. Essa intimação é particularizada como a história de um susto pelo locutor-aluno no ato enunciativo 2, e retorna no ato enunciativo 4, porém de modo renovado. Isso porque as marcas pessoais, temporais e espaciais definidas na análise do segundo ato enunciativo alteram-se visto o modo como o locutor volta a agenciar as formas ser outro. Conforme nos ensina Benveniste, toda a enunciação é um ato único e irrepetível, ou seja, o locutor apropria-se da língua a cada ato, instaurando-se como sujeito e atualizando a língua em discurso, sempre de modo diferente.

Para que possamos analisar o ato enunciativo de reescrita, em primeiro lugar observaremos as mudanças ocorridas entre o ato 2 (escrita) e o ato 4 em questão (reescrita). É através de um novo agenciamento de formas no ato enunciativo 4 que o locutor-aluno, “eu” do discurso, mobilizará novos sentidos, considerando as intimações do professor e a interpretação particular que concede às intimações. Para tanto, expomos abaixo uma comparação entre as duas escritas do locutor-aluno, sinalizando as diferenças entre os conjuntos de frases. Para analisar os atos 2 e 4 é necessário observá-los conjuntamente, comparando frases correspondentes de cada texto.

A fim de sistematizar nossa análise, consideramos as seguintes legendas para representar as transformações ocorridas entre os atos enunciativos:

(A2): como ato enunciativo 2/ enunciação atual;

(A4): como ato enunciativo 4/ retomada da enunciação atual;

**Negrito:** formas que foram alteradas ou substituídas por outras;

Sublinhado: formas que assumiram outra posição na frase;

*Itálico:* formas que não estavam presentes no ato enunciativo 2 e que aparecem apenas no ato enunciativo 4;



(□): formas que desapareceram, que foram apagadas no ato enunciativo 4;

#### Recorte enunciativo 1:

A2: “**Numa** noite eu era a única lá de casa acordada, então eu fui dormir”.  
 A4: “**Em uma** noite eu era a única acordada lá em casa, □ decidi ir dormir”.

No primeiro conjunto de frases, o “eu” do discurso que havia utilizado no ato 2 “numa”, passa a utilizar “em uma”; além disso, troca a posição do sintagma “lá de casa”, que estava antes do adjetivo, para depois do adjetivo. Notamos ainda a mudança da preposição “de” para “em”. Apagamento de “então”, que estava no ato enunciativo 2.

#### Recorte enunciativo 2:

A2: “Todas as luzes **lá de casa** estavam apagadas, menos a **luz** do corredor **do meu quarto**”.  
 A4: “Todas as luzes □ estavam apagadas menos a □ do corredor □”.

No segundo conjunto, observamos a ocorrência de muitos apagamentos: locutor-aluno, ao atualizar a língua no ato 4 retira o sintagma “lá de casa”, o acento indicado pelo professor da palavra “estavam”, bem como “luz” e “do meu quarto”.

#### Recorte enunciativo 3:

A2: “Dava para **ver** o quarto dos meus pais, mas a porta deles estava fechada”.  
 A4: “*Do meu quarto* dava para **enxergar** o quarto dos meus pais, mas eles **estavam** com **a sua porta** fechada”.

No terceiro conjunto, observamos que o locutor-aluno insere uma expressão espacial, que não estava presente no ato 2 “do meu quarto”. Além disso, substitui “ver” por “enxergar”. Na segunda oração, o locutor troca o sujeito gramatical da frase: no ato 2 é “porta”, no ato 4 são “eles”, forma relacionada aos pais”.

#### Recorte enunciativo 4:

A2: “**De repente**, eu vi uma sombra, no corredor, de um homem **numa** cadeira de balanço fumando charuto, **então eu fui no corredor para ver o que era e a sombra sumiu**, mas quando eu me virei para voltar pro meu quarto, eu vi um vulto preto, **então eu fui rapidinho pra sala, que também tava escura, eu dei uma espiadinha no corredor, ela tinha sumido** mas, eu senti uma □ gelada no meu ombro, sai correndo pro corredor, desliguei a **luz de lá** e fui dormir”.

A4: “**Então**, eu vi uma sombra □ no corredor, de um homem **na** cadeira de balanço, fumando *um* charuto”.

“**Decidi ir ver o que era** mas quando **cheguei no corredor** a **sombra havia sumido**,□ quando □ me virei para voltar pro meu quarto, eu vi um vulto preto, *fiquei meio assustada*, **então corri para a sala escura**.

“**Olhei para o corredor o vulto tinha sumido** □. *De repente* senti uma *sensação* gelada no □ ombro. Sai correndo pro corredor, desliguei **sua luz** e fui dormir”.

No quarto e último conjunto, observamos a substituição de “de repente” por “então”, a retirada da vírgula antes de “no corredor” e “numa” é substituído por “na”. Em seguida, temos a alteração de “então eu fui no corredor para ver o que era” para “Decidi ir ver o que era”, com a inserção de “decidi”. Mais adiante, notamos que no ato enunciativo 4, o locutor-aluno coloca a referência espacial “no corredor” na segunda oração e não mais na primeira, como ocorreu no ato 2. O sintagma “a sombra sumiu” torna-se “a sombra havia sumido”. Além disso, a passagem “Mas quando eu me virei” altera-se em A4, porque as formas “mas” e “eu” são apagadas. Outra mudança diz respeito à inserção de um sintagma que não estava presente no ato enunciativo 2, “fiquei meio assustada”. Temos ainda “então eu fui rapidinho pra sala, que também tava escura”, que é substituído no ato 4 por “então corri para a sala escura”, onde o locutor-aluno grava a palavra “escura” com “q”. Em seguida, temos a substituição de “eu dei uma espiadinha no corredor” por “olhei para o corredor”. Na mesma frase, o sujeito é modificado: no ato 2 temos “ela tinha sumido” que é substituído por “o vulto tinha sumido”. Por fim, temos a inserção de “de repente”, a inserção de “sensação”, a retirada do pronome possessivo “meu” em “meu ombro”, e a substituição de “a luz de lá” por “sua luz”.

Parece-nos que os movimentos do ato enunciativo 2 para o 4 apontam diferenças entre essas enunciações ligadas a três aspectos: 1) na busca de formalização da escrita; 2) na tentativa do locutor-aluno de detalhamento para seu alocutário, que não se encontra

face a face e 3) na maior ênfase no uso dos indicadores de subjetividade. O primeiro aspecto pode ser visto pelo maior número de parágrafos no texto 4; pela diminuição de nexos da oralidade como “então” e “e”, pelo maior número de verbos no pretérito imperfeito (“a sombra sumiu” do ato 2 é modificada para “a sombra havia sumido” no ato 4), que estabelecem o pano de fundo descritivo para o desenrolar das ações no perfeito, conforme mostra a passagem do recorte enunciativo 4, e ainda, por substituições lexicais, conforme aparece, no recorte enunciativo 3, a substituição de “ver” por “enxergar”. Já o segundo e terceiro aspectos aparecem nas inserções de marcadores temporais, como, no recorte enunciativo 3, a expressão “do meu quarto”, no aparecimento de expressões que mostram o envolvimento do “eu” do discurso com o fato que vive, como mostra o recorte 4, em que é inserida a passagem “fiquei meio assustada”, ausente do ato enunciativo 2 e, além disso, no ato 3, há uma passagem em que ocorre a troca do sujeito gramatical “a porta” para “eles”, pronome que estabelece relação no discurso com os “pais”, expressão vinculada ao “eu” do discurso.

No ato enunciativo 2, o locutor-aluno havia construído um bloco textual sem parágrafos, aspecto que foi considerado pelo alocutário-professor no ato enunciativo 3. Ao retomar a enunciação atual (ato 2), o locutor-aluno divide seu texto em vários parágrafos, sendo que alguns apresentam apenas uma frase (do primeiro ao quarto parágrafo). Podemos dizer que a intimação do professor, tanto a que se constitui no ato 1 (enunciação fundadora) como a que se constitui no ato 3 (enunciação posterior), atuam no ato enunciativo 4 do locutor-aluno. A primeira intimação é de que o locutor-aluno “deve” construir uma narrativa, uma história extraordinária, intimação esta que produziu a escrita do segundo ato enunciativo, pelo locutor-aluno. Após esta escrita, a nova intimação traz o sentido de avaliação e de busca por detalhamentos de aspectos narrativos (espaço, tempo, personagens), ou seja, posiciona o locutor-aluno diante de um novo diálogo com a proposta. Todos estes atos convergem para a produção do último (quarto ato enunciativo). Neste ato também estão presentes as marcas do processo enunciativo total, as particularizações que o locutor-aluno faz acerca das intervenções do professor. Há um novo agenciamento de formas, conforme pudemos observar na análise, sobre o qual fazemos o seguinte questionamento: o que estas modificações significam no movimento enunciativo?

A relação intersubjetiva que se estabelece entre locutor-aluno e alocutário-professor instaura um diálogo de busca por completude, sempre do “eu” do discurso em relação ao

“tu”. O novo agenciamento de formas proposto pelo locutor-aluno, “eu” discursivo, no ato enunciativo 4, produz novos sentidos, pois sintagmatiza as formas de outra maneira.

Os novos sentidos produzidos tem a ver com o apagamento de determinadas formas, a inserção e a substituição de outras, conforme notamos na análise. O sujeito “eu” posiciona-se novamente diante da intimação reorganizando o seu texto, procurando completar os sentidos para/com o “tu”, uma completude que entendemos ser idealizada ou, nos termos de Endruweit (2006, p. 163) “uma completude ‘imaginária’ com o tu”.

Podemos dizer então que o novo agenciamento produz outros sentidos para o texto: a referência nos parece ser mantida, constituindo-se como a particularização do sujeito acerca da escrita de uma história extraordinária através do “susto”; entretanto, o sentido nunca será o mesmo, pois ao negociar com a língua, o sujeito faz novas escolhas, sempre únicas, buscando uma ‘imaginada’ completude em relação ao “tu” de seu discurso.

## REFLEXÕES FINAIS

As reflexões que constituíram esta pesquisa possibilitaram o estabelecimento de relações entre a teoria saussuriana e a teoria enunciativa de Émile Benveniste (1966-1974), relacionando pontos em comum e pontos divergentes entre os autores. Nesse sentido, compreendemos que Benveniste redimensiona os estudos de Saussure (CLG, 1916) ao propor em sua teoria o imbricamento de língua/fala e, além disso, inclui questões ligadas à subjetividade na linguagem.

Tivemos na teoria enunciativa de Benveniste (*op. cit*) o fundamento teórico que permitiu o desenvolvimento de nosso estudo sobre a enunciação em sua manifestação escrita. Erigimos as noções de intersubjetividade, referência e sentido como pilares da investigação da narrativa produzida em contexto escolar. Para tanto, a reflexão de Endruweit (2006) foi de suma importância, já que considera o ato enunciativo como um processo, em que o sujeito deixa “rastros singulares” da enunciação no discurso.

A partir destas considerações, pudemos analisar os quatro atos enunciativos que compuseram nosso corpus: a proposta de escrita do locutor-professor, a escrita do locutor-aluno, as observações do locutor-professor sobre esta escrita e a reescrita do texto pelo locutor-aluno. No processo enunciativo em questão, notamos, em primeiro lugar, que houve mobilização das figuras locutor e alocutário, dos sujeitos discursivos “eu” e “tu”, portanto, a inversibilidade constituiu a escrita desta narrativa na escola. Em segundo lugar, notamos que a referência foi sempre dada pelo texto que a precedeu, constituindo-se, nos dois atos enunciativos produzidos pelo locutor-aluno, como um “susto” (interpretação particular que fez a partir das intimações do locutor-professor).

Em terceiro lugar, observamos que os sentidos foram mobilizados a cada ato. Ao reescrever seu texto, o locutor-aluno agenciou novas formas, negociando com as palavras e produzindo novos sentidos para o texto. Na reescrita observamos maior formalização do texto, o que aponta para uma tentativa de alinhamento com a instituição escolar, uma necessidade de adequação do texto a uma maneira supostamente mais adequada de escrever para o alocutário-professor, representante do conhecimento e da ciência. É importante salientarmos que todos os atos enunciativos estão relacionados de modo indissociável, pois todos dialogam entre si e são originados a partir da enunciação

fundadora, relacionada à proposta do locutor-professor.

Assim, confirmamos o princípio de que todo o ato enunciativo é sempre único e jamais repetível, pois cada vez que um locutor se apropria da língua instaurando-se como sujeito, o faz de maneira diferente, pois negocia novos sentidos a partir de outra sintagmatização das formas.

Entendemos que a relação intersubjetiva de sala de aula, no caso dos atos enunciativos que tomamos como dados de investigação, ocorreu apenas entre os sujeitos do mundo “professor e aluno”. Os colegas do locutor-aluno em contexto escolar jamais participaram co-referindo sua escrita. Além disso, a proposta de escrita bem como as observações acerca do texto produzido pelo aluno tinham como objetivo o cumprimento obrigatório de uma tarefa escolarizada: a de escrever. Sendo assim, locutor-aluno escreve porque é intimado a fazer e reescreve também por estar sendo avaliado. A escrita como tarefa processual capaz de organizar os universos de “aluno e professor” torna-se instrumento de inúmeras instâncias: avaliação, correção etc, raramente concebida como possibilidade de subjetivação no/pelo discurso. Nesse sentido, é necessário repensar que tipo de escrita se ensina e se produz em contexto escolar.

Consideramos, finalmente, que a relação intersubjetiva constituída no discurso, manifestação da enunciação, é a que possibilita a produção de novas referências e sentidos na escola, lugar que precisa privilegiar a singularidade do sujeito que nela se enuncia. Assim, pensar a escrita na escola de um ponto de vista enunciativo talvez seja uma das possibilidades para se constituir um ensino de Língua Portuguesa em que os usos linguísticos tenham sentido para aqueles que se apropriam da língua para se enunciarem.

A reflexão iniciada aqui quem sabe possa abrir caminhos a serem trilhados mais tarde...

## REFERÊNCIAS

**BENVENISTE**, Émile (1966) *Problemas de linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 2005.

\_\_\_\_\_. (1974) *Problemas de linguística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989.

**DUCROT**, Oswald. (1984) *Um esboço polifônico da teoria da enunciação*. In: \_\_\_\_\_. *O dizer e o dito*. Campinas-SP: Pontes, 1987.

**ENDRUWEIT**, Magali Lopes. *A escrita enunciativa e os rastros da singularidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Tese de doutorado.

**FLORES**, Valdir do Nascimento. *Enunciação e gramática*. Outros autores: Silvana Silva, Sônia Litchtenberg, Thaís Weigert. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. *Enunciação, texto, gramática e ensino de língua materna*. Outros autores: Vera Mello. In: *Ciências & Letras Estudos da Linguagem*. Maria Luci de Mesquita Prestes (org.). Porto Alegre: FAPA, 2009.

\_\_\_\_\_. *Introdução à linguística da enunciação*. Marlene Teixeira. São Paulo: Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_. *Princípios para a definição do objeto da linguística da enunciação: uma introdução* (primeira parte). *Letras de Hoje*. EDIPUCRS.v.36, nº 4, dezembro de 2001.

**SAUSSURE**, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1977.

**SILVA**, Carmem Luci da Costa. *A instauração da criança na linguagem: princípios para uma teoria enunciativa em aquisição da linguagem*, Porto Alegre, UFRGS: 2007.

\_\_\_\_\_. *Eu-tu: um diálogo sobre a esperança*. In: *Redação instrumental: concurso vestibular*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.